

# EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano VI • nº 144 • De 11/2 a 3/3 de 1982

Cr\$ 70,00



# PDT

Rio:

Lysâneas para governador e voto "pelo fim da ditadura"

Diretório Nacional lança Carta Eleitoral do PT

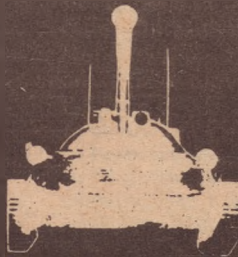
De norte a sul, os senadores e governadores do partido

(Págs. 2 a 7)

## Denúncia: o espantoso avanço da produção de armas no Brasil

Pouco a pouco, vai se revelando uma nova face da ditadura. O país já é o sexto maior fabricante de armas do mundo, empregando mais de cem mil trabalhadores.

Págs. 8 e 9



## El Salvador A revolução avança EUA ameaçam invadir

"EL DE LA JUNTA ES UN EJERCITO INVASOR, UN EJERCITO CIEGO QUE SE MUEVE CONTRA TODO UN PUEBLO. EL POPULAR ES UN EJERCITO CON MANOS, OJOS Y OIDOS EN TODAS PARTES"

Nas páginas 18 e 19, noticiário completo da explosiva situação na América Central



## Eleições: todos no mesmo barco

Da esquerda para a direita: Guilherme Vilela (prefeito); Pedro Simon (candidato do PMDB ao governo); Alceu Collares (candidato do PDT); a primeira dama, o governador Jair Soares (candidato do PDS). O cenário: a tradicional festa religiosa dos navegantes em Porto Alegre.

## EM MEIO À CRISE A ORGIA DOS BANCOS



Em 1981, os bancos brasileiros obtiveram as mais altas taxas de lucro da história recente do país. Coincidentemente este foi o ano da maior crise do capitalismo brasileiro nos últimos cinquenta anos. Veja a relação íntima que existe entre os lucros dos bancos, o desemprego e a inflação. E a previsão do que nos espera em 1982.

Págs. 10 e 11



Rio/Pré-convenção regional

# “Uma plataforma de luta contra a ditadura”

Por Carlos Henrique Arabe e Joaquim Soriano

A IV Convenção Democrática do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, iniciou-se recebendo o nome “Mario Pedrosa” em homenagem ao filiado n.º 1 do PT, falecido há poucos meses. Durante dois dias (6 e 7 de fevereiro) 519 delegados representando 42.000 filiados reuniram-se no Clube Municipal.

Sobre a tática nada chegou a ser aprovado, marcando-se a continuação da plenária para apreciar este tema, na primeira semana depois do carnaval, 27 de fevereiro.

Pois os debates sobre programa e candidatos tomaram todo o tempo da plenária deliberativa do domingo, quando votou-se uma “plataforma de luta contra a ditadura e de defesa das principais bandeiras de luta de nosso povo.”

A proposta de plataforma que o Rio leva para a Convenção Nacional do PT tem a mesma forma pedagógica de apresentação que a de São Paulo (ver ET n.º 143). No entanto, no conteúdo, rompe com a visão de construção de um governo “passo a passo” e coloca claramente a luta sem tréguas e o enfrentamento com o regime militar. Ao contrário do tom “manso” do texto paulista, a versão do Rio caracteriza-se por um estilo mais popular, combativo, preocupado com a conclamação à luta. Por exemplo, quando afirma: “Lutamos para que sejam os trabalhadores a força motriz da derrubada da ditadura, para que assim possa ser posto por terra não só o governo militar, suas leis e sua justiça, mas também a base econômica que o sustenta.”

Os debates em torno da plataforma do PT de fato se colocaram num campo bastante à esquerda. Por exemplo, uma das questões que foi para votação era se deveria-se propor “suspensão da dívida externa” ou “não pagamento da dívida externa”.

O último ponto da plataforma nacional destaca: “O Poder para os Trabalhadores e o Povo”. Neste item foi para votação se o PT faria propaganda de um GOVERNO DOS TRABALHADORES. Apesar de não terem sido contados os votos, verificou-se que a proposta perdeu por um pequena diferença.

Já por ampla maioria foi aceito que o PT no Rio não se posicionaria agora sobre a Constituinte, uma vez que esta discussão ainda não fora travada nos núcleos. Decidiu-se programar esta

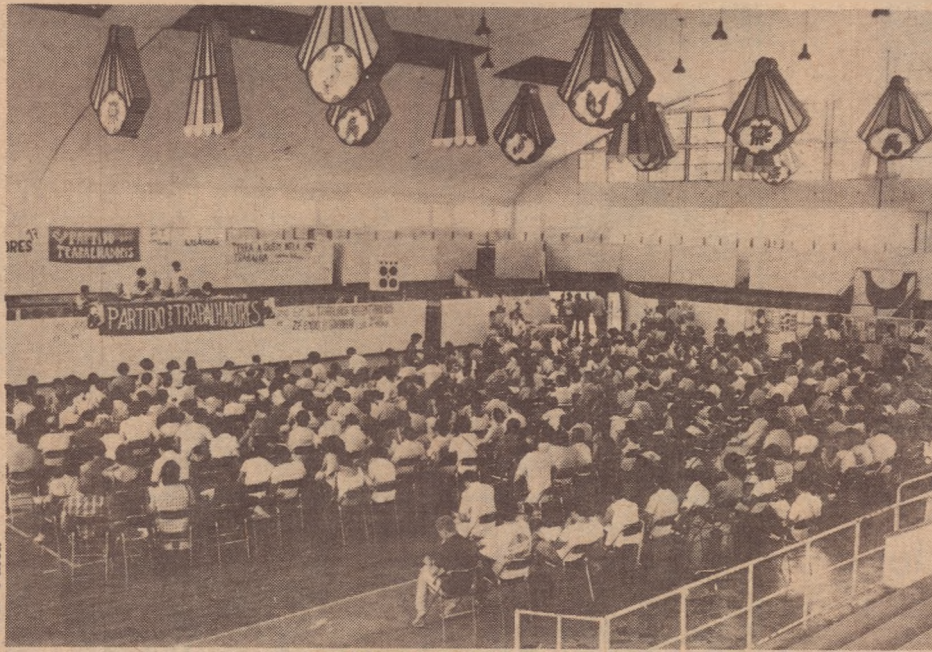


Foto: Cúica

discussão, de forma centralizada, para que na próxima convenção haja um posicionamento. Pois, lamentavelmente, o debate sobre a plataforma nacional não esteve no centro das atenções no período anterior à convenção.

A questão da “Tática eleitoral” foi praticamente a única que tomou a atenção dos militantes, conseguindo-se hoje, por isso mesmo, uma larga maioria a favor dos Comitês Unitários. Agora, é preciso que os militantes do PT compreendam a estreita relação entre PT unitário na intervenção e combativo na sua mensagem política.

Lançado para discussão dentro do PT desde novembro de 81, a candidatura a governador pelo PT do ex-deputado Lysâneas Maciel só veio a ser debatida quando, às vésperas da Convenção, surgiu a candidatura de José Emídio, operário da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e Presidente do Diretório do PT naquele município.

O lançamento de José Emídio, vinculado à defesa de um programa, contribuiu para as discussões e aprovação de uma plataforma nacional mais combativa. Entretanto a dinâmica da Convenção dissociou claramente o programa do candidato, pois tratava-se de escolher o candidato do partido que fosse porta-voz do partido, capaz de no Rio de Janeiro colocar o PT na disputa eleitoral como uma alternativa confiável para a grande massa de eleitores.

Apresentaram-se duas chapas, a primeira com José Emídio para governador; Waldemar (mecânico em Magé) para vice; Nabor (metalúrgico em Niterói) para senador e para suplente Douglas (também de Magé). Esta chapa obteve 63 votos do plenário. A segunda chapa, vencedora, obteve 322 votos: para governador Lysâneas Maciel; para vice Wilson (metalúrgico, ligado à Pastoral Operária); para senador o ex-líder estudantil de 68 Vladimir Palmeira e para suplente de senador Luis Roberto Tenório, destacada liderança na greve dos médicos de 81. Absteram-se 59 delegados.

Após o resultado, um representante dos dos que se absteram e outro da chapa minoritária salientaram o caráter unitário do PT e declararam o seu total engajamento na defesa dos candidatos do partido.

Já como candidato, Lysâneas pronunciou um discurso (ver ao lado) que demonstra ser absolutamente necessário que ele percorra todos os núcleos do PT para aprender sua linguagem, seu conteúdo e sua prática política.

## Lysâneas para governador

O discurso do candidato e o discurso do partido

Logo após a indicação dos candidatos majoritários, Lysâneas apresentou seu primeiro discurso como candidato a governador pelo PT. A intervenção de Lysâneas, extraída de um texto integral (distribuído a toda a imprensa), colocou imediatamente, de forma inaceitável para os militantes do PT, a contradição entre o discurso do candidato e o discurso do partido.

Segundo Lysâneas, o “PT é um partido pela ordem e pelo progresso. Mas quando esta ordem se choca com os interesses dos trabalhadores o PT se coloca ao lado dos trabalhadores.”

Esta linguagem dúbia nunca foi dita por qualquer dirigente do PT. Ao contrário, sempre se afirmou que a ordem estabelecida pela burguesia é antagônica com os interesses dos trabalhadores. E, evidentemente, não só nos momentos de choques de força, quando este conflito aparece mais claramente; mas sim enquanto uma estrutura permanente de dominação.

Mas não termina aí o choque do discurso do candidato com o discurso do PT. O texto integral do discurso traz afirmações que negam a independência política dos trabalhadores e camuflam os conflitos de classe na sociedade. Nos parágrafos finais Lysâneas diz: “A conciliação nacional, tão ansiada por todos, será descoberta quando o processo democrático e a consequente justiça social atingirem todos os recantos do país e todas as dimensões do comportamento social”.

“Sem classificar ou excluir brasileiros desejamos somar e trazer para o nosso batalhão os setores esquecidos, maltratados e obscurecidos de nossa sociedade — a grande maioria” (grifos-nossos).

Em quais resoluções ou práticas do PT Lysâneas se inspirou para essas afirmações? Em nenhuma. Pois em todas elas o PT tem uma posição diametralmente oposta às pronunciadas pelo candidato a governador. A gravidade da contradição com o partido posta por Lysâneas é ainda maior quando se considera que a convenção acabava de aprovar uma plataforma de combate à ditadura e aos patrões, sem qualquer laivo de conciliação entre explorados brasileiros (ou não) e exploradores brasileiros (ou não).

Os militantes do PT querem uma campanha do partido e quando escolheram os candidatos o fizeram por uma avaliação de que eram os militantes que mais condições davam ao PT de enfrentar o processo eleitoral. Uma campanha do partido significa que os candidatos vão falar a linguagem e o programa do PT. Significa também a mais rigorosa vigilância das bases sobre estes candidatos, especialmente os majoritários. A segunda etapa da Convenção do PT, que terá como único ponto de deliberação exatamente o tipo de campanha que o PT fará, é o melhor momento para se resolver, de forma inequívoca, o conflito colocado por Lysâneas.

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589/0001-10.

**Sucursais:** Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

**Composição e Impressão:** Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

Lei de Segurança

Nacional.

Pode votar

candidatura de Lula.





# PT responde à chantagem do PMDB

## A voz do operário não é a voz do patrão

O manifesto intitulado "Pela Unidade dos Trabalhadores", lançado pelo Diretório Nacional do partido em respostas às acusações de divisionismo das oposições.

**P**ela primeira vez na história recente do Brasil, nós, trabalhadores, podemos votar em um partido formado por trabalhadores. O PT surgiu das lutas populares e não das manobras de figurões ou de diferenças passageiras entre os exploradores. O PT é o partido dos milhões de explorados do campo e da cidade. Nasceu da luta contra a ditadura, contra a vontade dos poderosos e dos que sempre nos enganaram.

Surgem, portanto, dos próprios trabalhadores os nossos candidatos a vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Já passou o tempo em que nós servíamos de instrumento de manobra dos ricos e poderosos. O surgimento do PT é a prova de que os trabalhadores não querem mais ser instrumento de ninguém. Que não querem mais se deixar levar pelas raposas da política. O surgimento do PT é a prova de que é chegado o momento de os trabalhadores realizarem a sua própria política, uma política que atenda aos seus próprios interesses.

Na campanha eleitoral que se inicia, vários partidos levantam a bandeira da união das oposições sob a direção da burguesia. Nós lutamos pela união das forças populares sob a direção dos trabalhadores. Não concordamos com a unidade dos que buscam no mesmo partido explorados e exploradores. Para nós a luta pelas liberdades políticas não se separa da luta pela liberdade econômica e social. Muitos dos que hoje se unem aos exploradores, falando de liberdades



democráticas e até mesmo de justiça social, mais parecem os que, no passado, aceitaram levantar a bandeira de libertação dos escravos mas ignoraram a condição de brutal miséria na qual eles viviam.

Há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do lavrador. A refeição do industrial não é o grude do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário. O bairro onde mora o grande comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciante. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?

Para nós, do PT, não basta que alguém se declare de oposição. O banqueiro, o latifundiário, o industrial, o grande comerciante, independente do partido a que pertencem, exploram o trabalhador. Para nós, ser de oposição é lutar para mudar o regime político e, ao mesmo tempo, lutar para transformar a situação social e econômica que oprime a maioria do povo. Não basta, portanto, substituir no Governo um figurão por outro figurão. Para nós, o que importa é definir quem está contra os trabalhadores e quem está do lado dos trabalhadores. Está contra os trabalhadores não apenas aquele que explora mas também aquele que o engana. Está do lado dos trabalhadores quem luta pela transformação da estrutura política vigente e, ao mesmo tempo, luta pela transformação das estruturas sociais e econômicas que mantêm a maioria do povo em extrema miséria.

A luta pela democracia não começa e nem acaba nas eleições de novembro. Por isso, nosso objetivo não é apenas o de conquistar votos, mas é principalmente o de servirmos à organização política dos trabalhadores. Para o PT as eleições são uma ferramenta para fazer avançar e crescer a mobilização e a organização do povo. São mais um passo na longa caminhada para a nossa libertação.

Trabalhador vota em trabalhador. Ganhar as eleições é votar no PT.

**PT Saudações.**

Brasília, 30 de janeiro de 1982.

## O partido se prepara para a luta

**A** última reunião do Diretório Nacional do partido, realizada nos dias 29 e 30 últimos em Brasília, centrou-se na questão eleitoral.

A reunião se iniciou com um informe da Comissão Executiva sobre as diversas pré-convenções regionais que vêm se realizando nos estados, apontando para as principais discussões, propostas aprovadas e chapas majoritárias já lançadas (ver um resumo deste informe na pág. 7).

Com base nesta avaliação geral do quadro partidário e em resposta às acusações de divisionismo que o partido vem recebendo das oposições liberais o Diretório entendeu ser necessária a divulgação de um manifesto deixando claro, curto e grosso, o que o PT entende por unidade oposicionista a serviço dos trabalhadores. Um texto contundente contra a exploração, o manifesto "Pela Unidade dos Trabalhadores" (ver ao lado) busca demarcar campo desmascarando a fragilidade e hipocrisia dos apelos de unidade lançados pelos partidos burgueses de oposição. Para alguns membros do Diretório, no entanto, o manifesto punha a ênfase somente nas diferenças estratégicas do PT para com os demais partidos, deixando de apresentar o que seria, segundo o PT, a unidade, aqui e agora, na luta contra a ditadura. Incorria assim, argumentavam, num certo desvio doutrinário. Mas a maioria entendeu que não, e o texto foi aprovado tal qual para ampla divulgação. Segundo recomendação do Diretório ele deverá ser distribuído agora entre os trabalhadores através de panfletos e cartazes numa extensa

propaganda.

Prosseguindo na questão eleitoral o Diretório aprovou também um anteprojeto de Carta Eleitoral para subsidio aos debates preparatórios da pré-convenção nacional de março próximo. Um sumário da Carta, em linguagem popular deverá ser preparado pela Executiva. O documento, abrangendo desde uma análise de conjuntura até a relação futura entre os eleitos e o partido está nas págs. 4 e 5 e, uma detalhada análise da discussão que o aprovou na pág. 6.

O Diretório avaliou também o recente enquadramento na LSN do companheiro e deputado federal Freitas Diniz, Secretário de Organização do partido. E emitindo uma nota oficial, sob a princípio de que "o mandato é para ser exercido e não preservado", o partido mostra que foi "no cumprimento de seu dever de representante do povo maranhense e de acordo com o Programa do PT" que o deputado acusou o GETAT pelo massacre sofrido pelos posseiros da região do Araguaia-Tocantins e prisão de padres que apoiavam sua luta. E acrescenta a nota: "Como sempre faz, o governo não respondeu às acusações e nem apurou as denúncias preferindo transformar o denunciante em denunciado pela LSN". Além da aprovação e divulgação da nota o partido deliberou também uma série de propostas de ação para levar adiante uma campanha em defesa do companheiro e contra a LSN.

A questão do **Jornal dos Trabalhadores**, órgão oficial a ser lançado pelo PT foi igualmente tratada pelo Diretório. Segundo um

informe de Perseu Abramo, o editor do futuro jornal, a campanha de venda bônus para o financiamento do projeto ainda está muito aquém das metas: até agora arrecadou-se apenas 2% (dois por cento) do total programado o que impõe, talvez, um adiamento no lançamento do jornal. Mas o Diretório, contando desde o início da reunião com um quorum baixo (cerca de 40 membros) e, ao apreciar este ponto no sábado à tarde, já esvaaziado de muitos companheiros que tiveram que partir, se limitou a renovar os apelos de ativação da campanha, não chegando a fazer uma avaliação mais de fundo do próprio projeto.

Por fim, a questão das secretarias: a partir de um informe de cada responsável específico sobre os planos de trabalho, algumas deliberações importantes: 1) acabou de vez a dúvida sobre se o PT deve ou não ter linha sindical — um enfático consenso na avaliação da atuação dispersa do PT na área definiu já a realização imediata do Encontro Nacional dos Sindicalistas petistas; 2) a Secretaria de Movimentos Populares terá várias coordenadorias — estudantil, trabalho de bairros etc — cada um delas promovendo urgentemente também seu Encontro Nacional de área e definindo estruturas e linhas de intervenção; 3) é urgente um maior rigor nas contribuições financeiras dentro do partido; e neste sentido, ainda para posterior regulamentação, aprovou-se a norma de que organismos desatualizados nas contribuições não poderão mais participar nos organismos de ordem superior como Encontros e Convenções.

## Editorial

### Como passar à ofensiva?

**O**s oposições burguesas hoje no Brasil estão num impasse. De um lado tentam convencer o governo que elas são confiáveis e não subversivas: podem concorrer, ganhar e tomar posse que o Brasil não vai mudar tanto assim — enfim, que o sistema não precisa se assustar.

Mas ao mesmo tempo, de outro lado, tentam convencer o povo, a maioria, os trabalhadores, que votando nesta oposição sua situação vai mudar, seus interesses serão atendidos, que ela é enfim a melhor opção.

Do alto desta hipocrisia, acendendo uma vela ao diabo e outra a Deus, esta oposição, particularmente o PMDB, resolveu desencadear uma cínica campanha contra o PT: a chamada questão do voto útil.

Mas não colou. O PT contra-atacou e agora, com o manifesto do Diretório Nacional, deu-lhes um cala boca definitivo desmascarando o pragmatismo demagógico da burguesia.

Como diz o manifesto, votar útil é votar contra o regime político e contra o sistema econômico explorador, cuja manutenção é a própria razão de ser da ditadura. E se a burguesia vacila em até mesmo combater a ditadura, estando hoje empenhada em se mostrar confiável aos olhos dela, o que dizer da exploração... Por isso mesmo é que o PT luta "pela união das forças populares sob a direção dos trabalhadores" e não a reboque da burguesia.

No entanto, se a resposta do PT é contundente, demarcando o campo da oposição do da conciliação, ela deixa ainda uma porta aberta para novos ataques. Hoje, aqui e agora, o que o partido propõem além do voto nele próprio? Não basta distinguir-se da burguesia oposicionista a longo prazo, em termos estratégicos. O PT precisa também passar à ofensiva no presente, desafiando e desmascarando a burguesia na própria luta contra a ditadura que ela, vacilantemente, diz fazer. Só assim o partido arrastará para si as massas que hoje ainda confiam nos favoritos do PMDB como a melhor opção. Só assim o PT conseguirá efetivamente a união das forças populares sob direção dos trabalhadores preparando-se para a derrubada da ditadura.

A falta da Constituinte nas definições táticas do PT fica patente num momento destes. O partido vê-se obrigado a apelar para as distinções somente estratégicas, entrando na faixa perigosa do doutrinário, convincente, mas estéril politicamente.

A pré-convenção nacional que se aproxima terá que enfrentar este problema se quiser efetivamente armar o PT para o ano eleitoral.



**EXCLUSIVO:**  
O ante-projeto do Diretório Nacional

# Carta eleitoral do PT

O PT, através de seu Diretório Nacional reunido no último dia 30 em Brasília, acaba de aprovar um ante-projeto de Carta Eleitoral para o partido. O extenso documento de quase 20 laudas trata das várias questões que o PT irá enfrentar agora nestas eleições: iniciando por uma análise da conjuntura política do país, a Carta dá indicações sobre a elaboração de plataformas (nacional, estaduais e municipais) precisa a tática eleitoral e estabelece princípios sobre a organização da campanha e a atuação dos futuros eleitos.

A Carta mostra ainda que, a nível da direção nacional, o espaço para posições reformistas como as surgidas recentemente no PT paulista é mais estreito. Melhorando em vários pontos o ante-projeto inicialmente posto em discussão pela Comissão Executiva, o Diretório no entanto não conseguiu produzir ainda um documento à altura dos desafios enfrentados pelo PT. Duas debilidades chamam a atenção: a Carta coloca a questão do poder, mas não chega a dar uma resposta concreta armando o partido para a luta política; e se os princípios de organização da campanha vão no rumo correto, eles não chegam a ser contundentes e precisos de modo a garantir que eles sejam realmente efetivados e não fiquem na mera declaração de intenção (sobre estas limitações ver pág. 6).

O documento agora desce para orientar as discussões nas bases, as quais culminarão na pré-convenção nacional de final de março, quando então o PT se armará definitivamente para enfrentar as eleições.

Aqui, a Carta Eleitoral, praticamente na íntegra.

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se, sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades como força política independente e organizada, e do direito que possuem como cidadãos e criadores da riqueza nacional, de participarem no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e nosso país.

Isso é resultado da acumulação de experiência política por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e Trabalhista. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da 1ª CONCLAT. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de

todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores, que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras dos jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob os efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob seu controle. Eles estão à raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo (...)

Tais contradições explicam o apego aos expedientes antidemocráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do Riocentro, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional atingindo como alvo principal dirigentes e militantes do PT e pelas ameaças de adiamento do pleito de 1982. Explicam também o "Pacote de Novembro", com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os novos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

## Diferentes objetivos em confronto no processo eleitoral

Embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora das cogitações oficiais (...)

A luta pela sua realização é, por-

tanto, de fundamental importância para o PT (...)

Para o governo e sua base social as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas sob o título inadequado de "abertura". Através dela o que pretendem é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 74 e explodiram em 78 por meio de greves e manifestações de massa (...)

Ao invés de atender às pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisão, através de um governo dito de **união nacional**.

Para os trabalhadores as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de limitações e casuísmos, vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque se darão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque desta vez não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo regime militar e controlados

ambos por segmentos das elites dominantes. Desta vez contaremos com a possibilidade de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Um terceiro lugar, porque a existência do PT servirá de garantia para um debate político mais profundo durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.



## As eleições e o poder

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quando muito, poderão alterar parcialmente o atual controle da estrutura de governo a nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios de poder (burocracia, forças armadas, e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferen-

tes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem ser vir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

## As eleições e os objetivos de nosso partido

O PT vai às eleições com dois objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir a exigência legal dos 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em 9 Estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar uma tribuna de denúncia e caixa de ressonância das lutas travadas fora do parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente ao nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, um processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da "abertura", as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem se unir todos os setores que lutam para por fim à ditadura.

## Eixo da tática eleitoral do PT

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento em sua estruturação orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos hoje pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos Estaduais cerceados pelo Governo Federal (...)



A tática eleitoral do Partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correr em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. É uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é alcançar um futuro sem explorados e exploradores.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso Partido frente ao processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios do Partido em todos os níveis (...)

Assim, o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la (...)

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é VOTO ÚTIL aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

O PT visa nestas eleições fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.



Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressem as idéias gerais de nosso Programa político de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas de consultas a partir dos núcleos e dos movimentos populares e sindicais combativos. Tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em suas áreas a curto, médio e longo prazos (...)

**Conteúdo geral da campanha**

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as

nossas campanhas eleitorais. Mais do que eleger candidatos queremos, como trabalhadores, eleger as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Mais do que um Partido com parlamentares ou cargos executivos, queremos um povo com mais ferramentas de poder nas mãos. Por isso, não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim de suas pretensões eleitoreiras. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadores negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular (...)

Não haverá candidatos no Partido mas sim candidatos do Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais é preciso partir de algumas orientações concretas:

**Processo de escolha de candidatos**

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembleias do Partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos devem ser encontradas formas de discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo (...)

**Crítérios para escolha de candidatos**

- a) participação nos movimentos dos trabalhadores em seus diversos níveis.
- b) representatividade social, ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas.
- c) participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do Partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

**Exigências para a composição de chapas**

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte em termos políticos e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça às decisões do Partido, atue dentro da estrutura orgânica e participe de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite. Para nós interessa substancialmente o voto de legenda e, por isso, devemos organizar a campanha em cima do Partido e não de um ou outro nome (...)

Na chapa devem coexistir lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje milita no PT ou simpatiza com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada Estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

**Campanha eleitoral unificada**

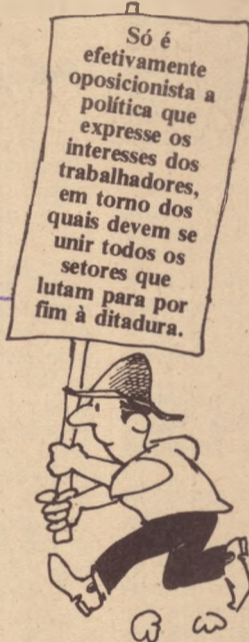
De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada (...)

O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral serão definidas as linhas da propaganda, dos textos dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, e especialmente os Comitês Eleitorais Unificados, devem se apoiar nas Secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral (...)

O Partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivos os seguintes itens:

- a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT.
- b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados.
- c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma.



mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores e não abandonarão o trabalho político ou sindical de base.

**Compromissos do candidato com o partido**

Tal definição deve incluir:

- a) a atuação política dos chefes de Executivo e parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes.
- b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares submetidos sempre da ampla discussão das bases.
- c) a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas.
- d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvindo os diretórios das respectivas instâncias partidárias.
- e) a nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido em pelo menos 40% de seus proventos. A nível municipal a fixação da porcentagem estará a cargo do Diretório local, ficando reservada à direção nacional a competência para

examinar o critério que vier a ser estabelecido.



Essas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar entre nós o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobristismo político, do aparelhismo e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores (...)

mais um lançamento do pessoal do EM TEMPO

**PERSPECTIVA INTERNACIONAL**

Uma revista de análise e acompanhamento do movimento operário mundial

Já no primeiro número você encontrará um time da pesada.

**Ernest Mandel** — Raízes econômicas da crise polonesa

**Daniel Bensaid** — Lições da Polônia

**André Gunder Frank** — A política econômica imperialista

**Michael Lowy** — Trajetória da Internacional Socialista na América Latina

em março nas livrarias e sucursais do EM TEMPO



# A Carta Eleitoral em questão

## Uma análise ambígua, ainda sem política

O documento que acaba de ser aprovado pelo Diretório Nacional não conseguiu ser mais que um começo de discussão. Se por um lado ele estreita o espaço para posições como as que surgiram na pré-convenção paulista, no entanto ele está longe de armar o partido com uma política ofensiva para enfretar o ano eleitoral.

Por Flávio Andrade



A reunião do Diretório Nacional do PT e o ante-projeto de Carta Eleitoral por ela aprovado foram importantes, entre outras coisas, para diminuir as apreensões surgidas a partir da última pré-convenção paulista quando 60% dos seus delegados aprovaram uma surpreendente proposta bastante reformista de plataforma eleitoral para o partido.

É verdade que a reunião do Diretório foi bastante esvaziada, o que dificulta avaliar melhor sua representatividade como um possível ensaio do que será a pré-convenção nacional de março. Além disso, o fato de dirigentes de ponta do partido, Lula entre eles, não tomarem parte ativa nos debates (infelizmente, como de costume) lança também dúvidas sobre qualquer avaliação mais taxativa.

Mas, de qualquer forma, o fato de o Diretório Nacional ter se posicionado à esquerda da maioria paulista, o fato de a Carta Eleitoral não conter nenhuma das absurdas idéias aprovadas em São Paulo, não deixam de ser um esperançoso sinal do pequeno espaço que posições mais reformistas encontram na direção máxima do partido e, provavelmente, na próxima pré-convenção nacional.

Tudo isso indica a confirmação daquilo que de certa forma caminha para se tornar tradição dentro do PT: os encontros nacionais se posicionarem à esquerda dos de São Paulo.



A versão inicial da Carta Eleitoral, preparada pela Comissão Executiva, foi bastante alterada pelos debates e votações do Diretório. Esta versão da Executiva continha posições no mínimo ambíguas quanto à questão do poder e que, de certa forma, abriram espaço para as formulações reformistas de São Paulo, quando não as estimularam. Por exemplo, o Diretório suprimiu da versão inicial colocações que afirmavam que nestas eleições o PT não deve visar "construir uma alternativa de poder"; igualmente foi derrotada, depois de intensa polêmica, a passagem da versão da Executiva que afirmava que "as plataformas de governo (nacional, estaduais e municipais) devem expressar propostas concretas realizáveis nos marcos da atual sociedade".

Além disso, no geral, a Carta ganhou um

tom mais combativo, mais claramente antiditadura, mais de luta.

O resultado final é ainda uma Carta bastante insuficiente para armar o PT frente aos desafios destas eleições. Mas trata-se agora de um documento que de forma alguma contém posições capazes de caracterizá-lo como reformista. A Carta aprovada afirma claramente que um dos objetivos nestas eleições é o PT constituir-se como "expressão dos trabalhadores na luta contra a ditadura" e fortalecer-se "como uma alternativa política que coloque a questão do poder do ponto de vista dos trabalhadores".

### Como por fim à ditadura?

Mas se a Carta indica estes objetivos, no entanto ela não mostra o caminho concreto para alcançá-los. Centrado ainda num desvio basista ou economicista o texto se perde na ênfase exagerada sobre a necessidade de "acumular forças; uma etapa de aprendizado; aumentar a organização e consciência política do povo; ampliar, consolidar e fortalecer o PT" etc, deixando de dar respostas concretas às questões que ela mesma indica como objetivos importantes: como lutar para por fim à ditadura? por qual alternativa de poder lutar?

Fica assim, como saldo, a visão de que hoje é hora só de se organizar e que, no futuro, quando formos fortes, aí então é que será a hora de lutar pelo poder. Como se o poder não estivesse a todo instante sendo disputado, e desta disputa permanente o PT devesse estar ausente, ainda que (é óbvio) a conquista mesma do poder não esteja na ordem do dia para os trabalhadores no Brasil.

A Carta aprovada é, ainda, uma orientação política incompleta ou contraditória. Nega o economicismo por um lado, mas abre portas para ele de outro lado.

Noutro plano, a Carta não capta nem revela a disposição de luta e combatividade já alcançadas pelos trabalhadores na presente conjuntura. Depois das grandes batalhas sindicais de 78/80; depois da CONCLAT com sua proposta de greve geral e fim da ditadura por meio de uma Constituinte; quando a ditadura prende, espanca e mata operários e posseiros em constante rebelião em vários pontos do país; quando explosões de luta em torno ao transporte e moradia pipocam; quando isso



tudo acontece, é claramente desmobilizador falar tão somente que a conjuntura se marca "pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades... do direito que possuem de participar do debate dos problemas e definições dos destinos..."

Ora, mais do que "novas responsabilidades", os trabalhadores defrontam-se é com a velha repressão e com (aí sim, novos) desafios ao enfrentamento organizado, por exemplo através da greve geral; mais do que direitos, eles não têm é outra alternativa senão a luta; e por fim, participar de qual debate? Onde e quando esta ditadura que aí está irá debater qualquer coisa que seja com o PT e os interesses dos trabalhadores?

Na verdade, uma visão rósea da conjuntura política e das possibilidades dos trabalhadores dentro dela percorre o texto, ainda que com altos e baixos. Salta aos olhos, o contraste entre o tom da Carta e o tom dos discursos políticos e campanhas salariais conduzidas por Lula, por exemplo.

### Prá que servem as plataformas?

A precariedade dos debates no Diretório dificultou uma correção mais de fundo na carta.

Em primeiro lugar, o que é plataforma nacional? A própria Executiva argumentava ao longo dos debates que ela deve ser "realizável" hoje. Ora, a prática sindical (entre tantas outras lutas) está aí a demonstrar que nem mesmo 15% acima do INPC é realizável hoje, pelo governo que aí está. O que se trata portanto na discussão de plataforma nacional é de ver qual a política concreta do partido para fazer dos trabalhadores a vanguarda da força social capaz de por fim à ditadura. A partir de que reivindicações, com que formas de luta, em torno de quais objetivos políticos mais gerais o potencial de explosão das massas se transformará numa força política efetiva capaz de derrubar a ditadura.

É claro que isso não será conquistado nestas eleições. Mas trata-se de ver qual a agitação do partido neste período que melhor avança no rumo apontado.

Até mesmo porque o poder central não está em disputa, sequer formalmente nestas eleições, seria uma inocua ingenuidade arrolar as possibilidades "dentro da sociedade atual".

Outra coisa bem diferente são as plataformas estaduais e municipais. Aí o poder local (que é bem limitado) está em disputa e pode ser ganho. Portanto aí a plataforma tem dois objetivos: por um lado, refletindo a plataforma nacional, mostrar que o objetivo maior do partido na conquista do poder estadual ou municipal é fazer avançar a conquista do poder central, sem o qual muito pouco pode-se realizar no interesse dos trabalhadores; mas por outro lado, estas plataformas estaduais e municipais devem mostrar já o que é este pouco que pode ser feito. Ou seja, o que seriam as mudanças políticas e sócio-econômicas de uma prefeitura ou um governo esta-

dual dos trabalhadores, com suas realizações (em tese pelo menos) realizáveis dentro dos marcos da atual legalidade.

Isto tem que ficar claro, e parece que não está. A plataforma nacional não é outra coisa que a tática política do partido na luta pelo fim da ditadura; já as estaduais e municipais são reflexo desta tática mas devem ser ao mesmo tempo programas de governo ao máximo possível voltados para os interesses das massas (para serem efetivados abrindo a administração pública para a decisão e o controle dos organismos populares).

Esta é a questão chave. Pois em termos globais, a nível nacional, fazer política para o PT deve ser lutar pelo fim da ditadura e não descrever para as massas o que seria a sociedade ideal (conclamando-as simplesmente a se organizarem) ou sugerir ao governo o que ele deveria fazer "dentro dos marcos atuais". É aí que se demarca uma posição consequente de uma posição ilusória, reformista. E não será criando nenhum método "novo, criativo ou rico" de fazer política que o PT poderá passar por cima desta questão, como parecem sugerir alguns membros da atual Executiva. Este é o eixo que permite separar, por exemplo, de um lado a plataforma aprovada em São Paulo e de outro, especialmente a que foi aprovada no Rio Grande do Sul, bem como a do Rio de Janeiro e de outras regionais do partido.

## Quem és tu, Tribuna?

O jornal *Tribuna Operária*, apoiador do PMDB, vem atacando o PT com uma notável regularidade. Na sua edição de 6 a 19 de fevereiro, o ataque de costume tenta se utilizar do *EM TEMPO*. Segundo o *Tribuna*, "o jornal *Em Tempo*, entusiástico petista, passou a acusar a direção regional de São Paulo de 'reformista e social-democrata'".

Trata-se de uma clara distorção das posições apresentadas no *EM TEMPO*. Procuramos mostrar que a comissão Executiva do PT em São Paulo defendeu uma plataforma reformista (ou social-democrata) na pré-convenção, e que se utilizou de um regimento burocrático que impediu o plenário de discutir de fato as propostas existentes, manipulando-o portanto. Isto mostra que a direção do partido em São Paulo não está à sua altura; mas não a torna ainda "reformista e social-democrata", pois isto exigiria uma consolidação de posições que a Executiva paulista ainda não mostrou ter, e que dificilmente poderá ter dentro do PT.

Mas o mais interessante na invectiva do *Tribuna* é que, na verdade, ele critica não as insuficiências da plataforma aprovada em São Paulo como proposta, mas justamente o ponto forte da pré-convenção: o lançamento da candidatura de um dirigente operário ao governo do Estado, marcando a independência política de classe dos trabalhadores. Segundo o *Tribuna*, isto divide (isto é, separa os trabalhadores da burguesia).

Quem tem de fato uma posição reformista, e totalmente consolidada, é o *Tribuna*, que por todos os cantos se ilude em combater a ditadura apoiando e submetendo-se à burguesia liberal e ao seu partido, o PMDB. Os tribuneiros não têm o que ensinar ao PT no combate ao reformismo.

(J.M.)



A histórica CONCLAT já definiu a tática dos trabalhadores nesta conjuntura: mobilização nacional contra o desemprego e a carestia, rumo à greve geral, contra a ditadura e por uma Constituinte. Uma Carta ou plataforma nacional de um partido efetivamente dos trabalhadores não pode portanto trair esta política voltando-lhe as costas. Deve, isso sim, encampá-la e desenvolvê-la mais, fazendo assim das eleições, concretamente, um instrumento da luta real dos trabalhadores.



# Os governadores e senadores do PT

Um resumo do informe apresentado ao Diretório Nacional, sobre a realização dos Encontros nos vários estados. (exceto os de São Paulo, Rios, Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, já divulgados anteriormente pelo EM TEMPO).

**PARANÁ:** Realizado em 16 de janeiro. Lançados os nomes de Edésio Franco Passos (advogado trabalhista) para o governo e Manoel Isías Santana (marceneiro) para o senador.

**MATO GROSSO DO SUL:** Realizado em 23 e 24 de janeiro. Foram indicados para governador o deputado Antonio Carlos de Oliveira, para vice Ezequiel e para o senador os nomes de Werner e Eva.

**DISTRITO FEDERAL:** Realizado no dia 17 de janeiro. Na discussão sobre como o PT local vai participar da campanha decidiu-se a luta pelo direito do voto para os moradores do DF e integração na campanha nacional do PT, visto que muitos residentes em Brasília votam em outros estados.

**RIO GRANDE DO NORTE:** Realizado em 17 de janeiro, marcando-se para fevereiro ou março novo Encontro para a indicação dos candidatos.

**CEARÁ:** Realizado em 16 e 17 de janeiro. Aprovado por aclamação o nome de Américo Barreiro (professor universitário) para governador. Duas indicações para o senador: Joaquim (Pastoral Operária) e Clóvis.

**SERGIPE:** Realizado em 10 de janeiro o Encontro municipal de Aracaju. Marcado para março o Encontro Regional. Marcelo Bonfim apontado informalmente para governador.

**ALAGOAS:** Realizado em 24 de janeiro, elegendo o Diretório Regional. Um novo Encontro dia 14 de fevereiro elegerá a Executiva. Aguarde-se decisão da Justiça Eleitoral para marcar a convenção de legalização.

**ACRE:** Realizado dia 9 de dezembro. Lançados candidatos para governo, Pedro Marques

da Cunha (advogado da CONTAG) e senador, Abraham Farah (comerciante).

**PIAUÍ:** Realizado em 16 e 17 de janeiro. Indicado José Ribamar Lopes (advogado) para governador.

**PARAÍBA:** Realizado dia 24 de janeiro. Ainda não se indicaram candidatos.

**PERNAMBUCO:** Realizada dia 27 de dezembro a convenção de legalização e eleito o Diretório Regional: Presidente - Manoel da Conceição; vice - Paulo Rubens; 2º vice - Bruno Maranhão. Sec. Geral - Humberto. Nomes mais levantados para majoritárias: governador, Manoel da Conceição e senador, Bruno Maranhão.

**PARÁ:** Realizado em 5 e 6 de dezembro. Surgiram indicações de Ermelinda (professora) e Hélio Dourado (professor) para governo.

**MINAS GERAIS:** Marcado para 6 e 7 de março. Vários nomes vêm sendo levantados para as majoritárias.

**BAHIA:** Realizado 19 e 20 de dezembro. Nomes mais aventados para governador: Nilson Bahia (Presidente do Sindiúmica), Benjamin Ferreira e José Novais. Marcada para dia 25 de abril a convenção de legalização.

**AMAZONAS:** Marcado para 6 e 7 de março. Nas indicações para governador está sendo mais frequente o médico Marcos de Barros. Há também indicações de Aloísio Nogueira de Melo (professor), Márcio de Souza (escritor), Francisco Nogueira e Francisco Massena (trabalhadores rurais).

**MARANHÃO:** Marcado para 14 de fevereiro. O adiamento se deu basicamente em virtude do problema do Diretório Municipal de São Luis, sob intervenção.

## Lula é elegível?

Eram dois os artigos da antiga lei das inelegibilidades que impediam a candidatura de Lula: um deles é o que vedava a participação eleitoral aos dirigentes sindicais cassados, e o segundo, é o que estabelecia que um cidadão condenado pela Lei de Segurança Nacional (LSN) só é candidatável depois de penalmente reabilitado.

O primeiro dos artigos caiu quando da reforma da lei da inelegibilidades. O segundo permanece, residindo aí os supostos impedimentos à sua candidatura.

Lula está condenado pela L.S.N. a 3 anos e 6 meses, mas já existe uma apelação junto ao Superior Tribunal Militar, que deve ser julgada ainda em abril. Existem chances de que o processo saia do âmbito da LSN passando para a Lei de Greve, o que implica em sua anulação e a abertura de um outro, junto à Justiça Federal.

Com Jacó Bittar, Lula também está incurso

na LSN respondendo processo na auditoria de Manaus, acusado de "incitar a luta de classes", pelos seus pronunciamentos sobre os conflitos de terras no Acre, que resultaram na morte de um sindicalista do PT. Este processo será julgado até março e apesar de ser um julgamento político, juridicamente é muito difícil a sua condenação.

Mesmo que uma condenação seja confirmada no STM ainda cabe um recurso junto ao Supremo Tribunal Federal. Nessa instância, a condenação só pode ser considerada definitiva se for uma decisão unânime dos juizes. Caso contrário ainda há o recurso de requerer um novo julgamento.

Enquanto correm estes processos, Lula tem todo o direito de candidatar-se e concorrer às eleições. A nível jurídico, só a unanimidade dos juizes do Supremo Tribunal Federal é que poderão fazer de Lula um cidadão inelegível. (L.A.)

Santa Catarina

## Uma disputa de sectarismos

Com a presença de 84 delegados, representando 29 municípios e cerca de 200 observadores, o PT de Santa Catarina realizou, precariamente, no dia 24 de janeiro sua pré-convenção regional para definir sua tática eleitoral, programa do governo e indicar candidatos.

A discussão do Programa de Governo foi o momento de maior participação da plenária. Mas aprovaram-se alguns equívocos: não à Assembléia Nacional Constituinte; e coisas esdrúxulas: por "Um Governo do Partido dos Trabalhadores" (que mesmo os apresentadores da proposta não souberam explicar exatamente o que era); e, inclusive absurdos: renegociação da dívida externa.

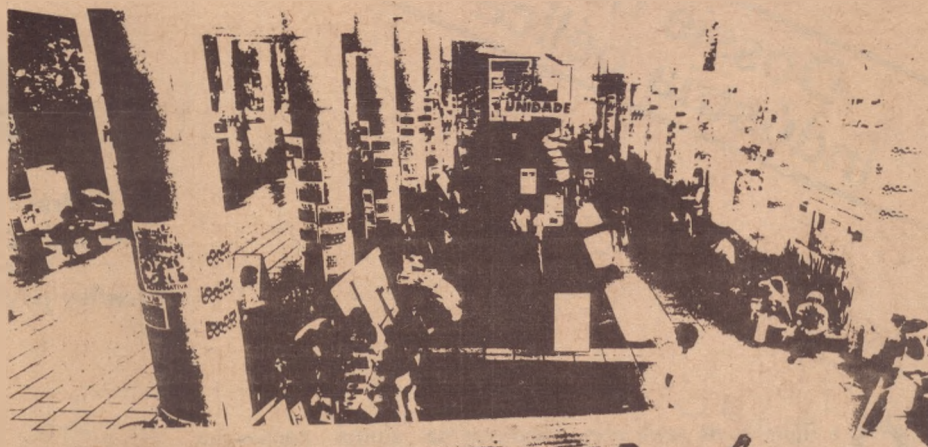
Já na discussão para indicação de candidatos, não se obedeceu a critérios políticos, e a discussão caiu numa "disputa de bases" entre os membros da Executiva e militantes do

jornal *O Trabalho*. A grande maioria dos delegados presentes votava com a Executiva, sem entender bem por quê e, evidentemente, assustados com as sectárias intervenções dos delegados ligados ao *O Trabalho*.

Mas foi na discussão dos delegados para apré-convenção nacional que o manobristismo chegou ao máximo. Sem ao menos discutir critérios para a eleição destes delegados, a Executiva "baixou" sua chapa. E, (pasmem) negou-se a cumprir uma determinação estatutária do partido, que é a votação proporcional revelando sem autocrático sectarismo.

No final, foram indicados os nomes de Eurides Mescoolotto (metalúrgico) para governador, Vitorio Sintern (agricultor) para vice e Valmir Martins (professor universitário) para o senador.

(N.M.)



RIV: ATOV

10º CONEG (Conselho de Entidades Gerais)

## Mau começo de ano

As tendências que hegemonizam a diretoria da UNE ("tribuneiros" e "hagapistas") chegam até a descobrir que a ditadura militar acabou, e a aplaudir a luta para resgatar os "ideais de 64".

A décima reunião do CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) da UNE foi realizada entre os dias 5 e 8 no Rio de Janeiro. Confirmando que o movimento estudantil passa por um momento de dificuldades, este CONEG foi o de menor quorum até agora (71 entidades gerais). E o comportamento (péssimo) da diretoria da UNE confirmou que as correntes que a compõem têm uma grande responsabilidade nesta baixa.

De fato, a diretoria da UNE, bastante dividida (as propostas eram sempre apresentadas por setores dela), se esmerou em impedir a discussão. Chegou mesmo a realizar a façanha de introduzir nas deliberações do movimento estudantil o expediente do "decurso de prazo": várias questões foram votadas sem discussão porque não havia tempo, enquanto que em um momento os adptos do jornal *Hora do Povo* chegaram a fazer em seguida 28 declarações de voto.

Aliás, os membros desta tendência se esmeraram também na prática do sectarismo e da truculência, que já é sua marca registrada: um diretor da UNE "hagapista" foi várias vezes dizer às delegações de Minas e do Rio Grande do Sul, que centralizavam a oposição à diretoria da UNE, que o único jeito seria "botá-las no paredão".

Também no conteúdo das discussões o HP se excedeu. Na análise de conjuntura, apresentou a curiosíssima descoberta de que não mais existe no país uma ditadura militar! A razão disto é que o Exército estaria dividido, com grande parte já na oposição. O regime seria sustentado hoje por apenas 6 pessoas!

Para provar estas barbaridades, o HP levou à reunião um oficial do "grupo Coluna", que fez uma colocação defendendo a necessidade de "resgatar os ideais nacionalistas e patrióticos de 64", fazendo vibrar a turma de brigadistas.

### Querendo esvaziar a luta

Para arrematar, foi aprovada (por 34 votos) uma resolução de que "a UNE vê com bons

olhos a incorporação do PP ao PMDB". Argh!

Nas lutas educacionais, houve uma proposta aprovada por consenso: a realização de um seminário sobre a reestruturação da Universidade. O curioso é que esta é uma antiga proposta das correntes que hoje fazem oposição à diretoria da UNE, que era até agora achincalhada por esta diretoria.

Na questão do momento — a luta contra a recente portaria do MEC que fixa em 130,00 o preço dos "bandejões", sendo de 30,00 o preço para os alunos carentes — o CONEG não quis encaminhar uma luta clara para não deixar passar a portaria, inclusive com ocupações dos restaurantes. Preferiu aprovar (por 41 votos contra 16) um "processo de mobilização" contra a portaria que culminaria em um encontro do DCEs, estabelecendo que "cada escola deve negociar seus índices de aumento". Na prática, a luta foi esvaziada.

Ainda nas lutas educacionais, o CONEG modificou uma decisão do último congresso, pedindo agora a revogação do índice de aumento fixado pelo MEC para as anuidades das escolas pagas.

Na questão internacional, houve uma diferença: foi aprovada (por 32 votos contra 27) uma moção sobre a Polônia com o apoio dos "tribuneiros" (dividindo a diretoria da UNE) e de quase todos os estudantes favoráveis ao PT. Esta moção condena o golpe militar e pede o restabelecimento das liberdades.

Em resumo, um CONEG que continua na linha das "realizações" da diretoria da UNE. Foi um passo coerente com esta diretoria: já nasceu sem legitimidade em um congresso esvaziado e desrespeitado, e desrespeita agora mais uma instância.

Como saldo, fica o fato de que o bloco de oposição que se formou no congresso (integrado fundamentalmente por estudantes do PT) continuou coeso. Apenas na votação sobre a Polônia houve uma divisão: enquanto uma parte da tendência "Travessia", de Pernambuco, apoiava a moção, outra parte votou contra.

## Alô, Alô, professores petistas

Foi aprovada em reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores a realização do Encontro Nacional dos Professores do PT, para os dias 10 e 11 de abril, em S. Paulo. A Comissão Organizadora do Encontro, constituída em reunião convocada pela Executiva Estadual de S. Paulo no dia 9 de fevereiro, já está providenciando os encaminhamentos necessários-local, alojamento, alimentação e secretária, bem como a realização da Reunião Estadual de Professores petistas, preparatória para o Encontro Nacional.



# A INDÚSTRIA

O Brasil já é o sexto produtor mundial de armas, empregando para isso mais de cem mil operários e técnicos especializados. Uma indústria que surpreende pela sua diversificação e sofisticação. E que tem sustentado uma agressiva política de vendas para o Oriente Médio, o sudeste asiático e a América Latina. Farda, cantis, armas de pequeno calibre até blindados, helicópteros, lança-mísseis e aviões são exportados.

Os figurões do setor econômico do governo tentaram distrair a opinião pública com uma discussão sobre a crise em que jogaram o país. Houve crescimento zero? Ou é verdade que, apesar dos pesares, a indústria cresceu uns 2%? Isto pouco importa aos trabalhadores. Eles sabem que a economia está em crise por causa duma estatística que sofrem na própria carne: o desemprego.

Entretanto, há um setor industrial que floresceu, desenvolveu-se e cresceu. É o da indústria bélica. Em 1981, o Brasil tornou-se o sexto ou quinto produtor mundial de armas. O que é um fato econômico e político ao mesmo tempo. O quadro se resume no contraste entre a asfixia da indústria civil e o progresso da indústria de armas. Essa é uma característica que os comentaristas e analistas burgueses evitam cuidadosamente assinalar.

Quando se trata de fábricas e negócios de armas, as informações são rigorosamente controladas. Só vêm a público informações "liberadas", isto é, com o consentimento das autoridades. No ano passado, particularmente a partir do segundo semestre, as notícias sobre o crescimento da indústria bélica em nosso país se avolumaram o suficiente para que se possa formar uma idéia aproximada do seu tamanho, volume de negócios e pelo menos alguns projetos em andamento.

## Campanha planejada

Por que tais informações foram liberadas? Trata-se evi-

dentemente duma campanha cuidadosamente planejada para convencer o povo brasileiro das "vantagens" da participação do Brasil na louca corrida armamentista que ameaça levar o mundo inteiro a uma nova matança. Ao par da segurança nacional, da independência tecnológica, a vantagem de faturar "moeda forte" de que o país precisa. É o que nos diz o general-de-exército José Magalhães da Silveira: a produção e exportação de armas vem ao encontro "da meta de fortalecimento da indústria nacional e da captação de divisas para o País." (O Estado de São Paulo, 8.1.82).

O correspondente d'O Estado de São Paulo em Londres, Hermano Alves, informa (edição de 15.11.81) que as notícias sobre a indústria de armas do Brasil surgem — de vez em quando — nas páginas do Telegraph, do Herald Tribune, do Times, do Guardian e do Financial Times. O assunto já foi tratado em jornais como Le Monde, Die Welt, Republicca, em publicações como Latin American Newsletter.

A fonte deste pequeno dossiê da indústria bélica brasileira é a matéria liberada e publicada pela "grande imprensa" brasileira e pelas transcrições que ela nos oferece de publicações no exterior. O nosso é um trabalho de "leitores atentos", o velho exercício proletário de ler criticamente a imprensa burguesa. O objetivo é esboçar um quadro tão aproximado quanto possível do conjunto para que os trabalhadores possam formar uma idéia clara e tirar as conclusões pertinentes.



Jesus Carlos

A indústria bélica brasileira duplicou o valor das exportações no ano passado. Foguetes, blindados e torpedos fazem parte da pauta de exportações.

“O Ministério do Exército autorizou, no ano passado, a exportação de material de emprego militar no valor aproximado de um bilhão de dólares, segundo revela o Noticiário do Exército.” (O Estado de São Paulo, 8.1.82). Esse volume de negócios deve aumentar cerca de 30% em 1982. O setor vai de vento em popa. Vejamos as notícias de alguns contratos.

Informa o *Jornal do Brasil* de 27.12.81: “As exportações de armamentos pelas indústrias brasileiras este ano se situarão entre 1,250 e 1,450 bilhões de dólares com as vendas externas alcançando o Oriente Médio, Sudeste Asiático e países latino-americanos. ... Para se ter uma idéia da agressividade da indús-

tria nacional de armamentos, nos últimos três meses foram fechados (negócios) de 700 milhões de dólares com a venda de foguetes, veículos blindados sobre rodas e esteiras, torpedos e outros produtos bélicos. ... Além dos atuais e bem sucedidos produtos ... a Engesa não esconde, por exemplo, que tem, no protótipo do Sucuri, um blindado leve, uma arma secreta para o futuro. ... Tem ainda os torpedos que exporta para a Inglaterra. ...”

## Bombas teleguiadas

O mesmo jornal (17.11.81) diz que só para o Iraque, foram vendidos armamentos no valor de 250 milhões de dólares. É informação vasada por elementos da

comitiva do ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, durante sua visita ao Oriente Médio.

Um mês depois (20.12.81), o *Jornal do Brasil* revela que, na realidade, os negócios são bem maiores: a indústria brasileira de armamentos começa 1982 com a possibilidade de assinar dois contratos internacionais para o fornecimento de armas e peças de reposição no Iraque, na maior operação comercial já realizada pelo Brasil no setor, envolvendo cerca de 620 milhões de dólares, mais de 30% do total exportado neste ano (1981). Até o final deste mês (dezembro, 81), a indústria brasileira de armamentos terá atingido a meta de duplicar suas exportações, alcançando o total de dois bilhões de dólares, o que

coloca o Brasil entre os cinco maiores fabricantes mundiais de armas.”

O Estado de S. Paulo talvez seja o único jornal brasileiro que conta com um especialista em aviação e em indústria de armamento. É o jornalista Roberto Godoy. Esse bem informado profissional informa (20.12.81) que “a força aérea da Líbia vai usar, já a partir de 1982, as primeiras bombas “inteligentes” fabricadas no Brasil, as AV-SP 250, orientadas eletronicamente para o alvo e destinadas prioritariamente à destruição de aeroportos.

## O míssil Piranha

Completando este quadro, ainda compreensivelmente incompleto, a Regional do Vale do Paraíba, do mesmo O Estado de S. Paulo informa (5.1.82): foi desacelerado o plano para o míssil Piranha, por causa dum corte nos recursos orçamentários. “O

custo da etapa final do programa, inclusive o da transferência do processo completo para a indústria privada, está estimado em Cr\$ 500 milhões”. É que as verbas do Centro Tecnológico Aeroespacial de São José dos Campos, ao qual está filiado o Instituto de Atividades Espaciais, onde foi criado o “Piranha”, vem operando com uma redução de recursos de 40%.

“O míssil Piranha faz parte de 66 projetos tecnológicos considerados prioritários pelas Forças Armadas, que estão sendo custeados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), organismo do BNDE, cujo valor global de investimentos é de 20,4 bilhão de cruzeiros. A maioria dos 66 projetos está em fase de desenvolvimento, 47 sob a responsabilidade das instituições mantidas pelas Forças Armadas — com recursos de 18,3 bilhões e os 19 restantes divididos entre 14 empresas — estatais e privadas — de capital nacional.



# MILITAR NO BRASIL

Uma realidade certamente aberrante para um país onde a maioria da população carece dos recursos mínimos de sobrevivência. Mas que faz sentido para uma ditadura que assenta suas bases sobre a caserna e sua segurança sobre a ideologia da segurança nacional. O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil é tão excepcional que uma comissão de cientistas já investiga desvio de verbas públicas para fins militares.

Composta por mais de cem empresas, a indústria militar brasileira emprega mais de cem mil operários e técnicos especializados. Uma rede capaz de produzir armas de extrema sofisticação.

A expansão da indústria bélica, tendo São José dos Campos como centro, implicou em uma descentralização que vai até a Bahia, ao norte, e ao Paraná, no Sul. Operam dois tipos de fábricas. O tipo Engesa refere-se às empresas criadas especialmente para produzir armas. O tipo Bernardini compreende indústrias civis que se converteram em estabelecimentos inteiramente voltados para a produção bélica. Além disso, existem as fechadíssimas estatais, cujo mistério lembra as empresas do complexo industrial militar soviético, sem nome, nem sigla, nem diretores conhecidos e que só têm como endereço o número numa caixa postal.

"A Engesa tem uma de suas fábricas localizadas em São José dos Campos, com matriz em São Paulo e um parque industrial na

Bahia, enquanto a Avibrás, que está realizando obras em seu segundo complexo industrial, para atender a nova demanda de seus produtos, mantém todas as suas fábricas em São José dos Campos". (Jornal do Brasil, 20-12-81). A Engesa fornece a tecnologia de veículos militares a Enveco que cuida da produção. A Engesa criou uma trading-company internacional para colocar a produção no mercado internacional. Esta empresa criou um serviço de assistência técnica permanente a seus clientes. A subsidiária baiana, Engex, está desenvolvendo um canhão de 105 milímetros. Atualmente, produz um canhão de 90 mm. Há planos para a produção de munição dos mais variados calibres em uma fábrica de Juiz de Fora (JB, 17.11.81).

## De cofres a tanques

A Bernardini foi criada por Hugo Bernardini, em 1912. Era uma tradicional produtora de cofres fortes. A partir de 1977 se transformou em fabricante de veículos blindados leves sobre esteiras. "Promete para dentro de dois anos o MX-30, um tanque blindado leve, ágil, moderno e equipado com o que há de melhor em armamentos... Há quem o considere superior ao Leopard, um tanque de reconhecida capacidade e conhecido no mundo por seu desempenho." (JB - 27.12.81).

Nosso já conhecido especialista Roberto Godoy tem mais dados (Estado de S. Paulo, 20.12.81). A Bernardini sabe como atualizar os obsoletos tanques M-41 norte-americanos, dando-lhes pelo menos mais

quinze anos de vida útil, na base de cem mil dólares cada. Grande mercado. Existem M-41 em boas condições na Espanha, Bélgica, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, Equador, Etiópia, Líbano, Paquistão, Nova Zelândia, Filipinas, Portugal, Tunísia, Síria e Tailândia. A Bernardini tem um brilhante futuro, o que lhe estimula o espírito criativo. Por exemplo, vai dotar o X-30 das "Flexas de Energia Cinética, FEC, munição ainda experimental, mesmo nos centros de pesquisa da Nato. Construídas com barras de urânio exaurido, rompem qualquer tipo de blindagem e a energia térmica causada pelo choque eleva a três mil graus centígrados a temperatura no interior, por exemplo, de outro tanque".

A sucursal de Curitiba do Estado de S. Paulo faz saber (29.11.81) que, em 1982, na capital paranaense, começará a montagem da IMS do Brasil - Indústria Mecânica de Sistemas. Com controle acionário nacional, a IMS é uma parceria com a

Oerlikon, que emprega tecnologia suíça e italiana. Interessado no empreendimento é o Grupo Monteiro Aranha. O investimento brasileiro será de 4 milhões de dólares. Duas empresas paranaenses participam do projeto: a Inepar, setor eletrônico e a FAM, Fábrica de Artefatos Metálicos, ficará com a parte mecânica.

Tudo isto para produzir o canhão Oerlikon bitubo, a mais sofisticada arma anti-aérea de sua categoria, "preferida pelas forças da OTAN, na Europa". Seu preço unitário é calculado em 6,5 milhões de dólares.

Certas notícias de jornal dão conta de 50 empresas envolvidas diretamente na indústria bélica. Mas o Jornal do Brasil (20-12-81), conseguiu dados mais precisos. "A indústria bélica brasileira é atualmente composta por mais de cem empresas, nas quais trabalham cerca de cem mil operários e técnicos especializados, produzindo desde farda, cantis, binóculos e armas de pequeno calibre, até blindados helicópteros, mísseis, lança-mísseis e aviões militares".

Abocanhando a décima parte do comércio mundial de armas, o Brasil já está profundamente metido no vale tudo pela conquista de novos mercados.

A produção de armas é obrigatoriamente um negócio internacional. Mesmo os países mais poderosos não podem se dar ao luxo de fabricar armamento para uso exclusivo dos seus próprios exércitos. Primeiro, porque a corrida armamentista traz, sem cessar, armas novas que tornam antiquados modelos e apetrechos. Em questão de uns poucos anos, bilhões investidos em armas viram sucata. Em segundo lugar, porque o emprego de alta tecnologia e a sofisticação dos componentes empregados, tornam caríssima essa produção inútil. Torna-se imperioso, portanto, reduzir os custos unitários através do aumento da produção. Isto implica em conquistar mercados. É nesse jogo brutal em que vale tudo que o Brasil já está metido.

A parceria com a Itália ilustra bem o caso. Diz o sr. Albino Castro Filho, em correspondência especial de Milão para O Estado de S. Paulo (20.11.81) que "o Brasil pode ser o parceiro ideal para a Itália... um país em busca de parceiros no campo da indústria militar". Revela que a indústria armamentista italiana emprega hoje cerca de 150 mil homens.

Através da Itália se chega ao complexo industrial militar norte-americano. Esse país é comparado com a Bulgária, o mais dócil satélite da burocracia soviética, tal a sua submissão aos Estados Unidos. A Itália é o país da NATO com o maior número de bases nucleares, 20 ao todo. Hospeda a Sexta Frota americana em Nápoles, para todos os

efeitos uma base americana. A Itália é o país-chave do flanco sul da NATO.

## Um caso de escuta telefônica

O correspondente em Londres (O Estado de S. Paulo 15.11.81) revela "um caso (entre muitos) que foi assinalado pelos serviços de escuta radiofônica da Inglaterra, que pertencem à BBC e o Foreign Office". É o seguinte:

"Kamil Nahas, representante do governador Paulo Salim Maluf, declarou no dia 9 de abril de 1980, no Kuwait, que o Brasil estava ajudando a instalar fábricas de armamento no Iraque, para produzir, inclusive, um canhão de 106 milímetros." E mais: "Em declarações ao jornal Ar-Ray-Al-Amm, Nahas afirmou que o Brasil está pronto para fornecer aviões a jato aos países árabes. Segundo uma fonte de sua comitiva, a Líbia firmou um acordo de armamentos com o Brasil, que se prontificou então a enviar as armas para as bases líbias "onde instrutores brasileiros treinam soldados líbios para utilizá-las".

O mesmo jornalista informa que um relatório, de 1980, do Congresso dos Estados Unidos, estimava o mercado mundial de armas em 1981 em dez bilhões de dólares. Um décimo caberia ao Brasil. E registra que o crescimento da indústria bélica brasileira está alimentando as acusações de "subimperialismo" com interesses regionais e na África.

## Cientistas investigam desvio de verbas

Este vertiginoso progresso na indústria bélica encerra um desafio tecnológico. O brigadeiro-do-ar Paulo de Abreu Coutinho é otimista: "Antes da virada do século, teremos ingressado, firme e decisivamente, na tecnologia do supersônico" (O Estado de S. Paulo, 12.1.82). As informações até aqui liberadas permitem concluir que o brigadeiro está coberto de razão, pois os avanços são espetaculares em contraste com a estagnação da indústria civil.

Entretanto, é de bom aviso verificar a experiência alheia. A dos Estados Unidos, por exemplo. Tomemos o depoimento de Robert B. Reich, ex-diretor de planejamento da Federal Trade Commission, atualmente professor na Universidade de Harvard. Ele discorre no New York Times sobre o palpante tema: quem vai dominar os mercados mundiais para produtos de alta tecnologia, os Estados Unidos ou o Japão? A competição se desenvolve em seis áreas: robôs industriais, lasers, aviões, computadores, semicondutores, enquanto o exército americano se ocupa de fibras óticas. Reich mostra que se trata de tecnologia aplicada em fins militares. Não é para melhorar a qualidade de vida. É para aumentar o poder de destruição.

A experiência americana é dolorosa. Está perdendo para o Japão, que só agora e sob pressão

americana está entrando no terreno difícil das despesas militares. Diz o professor de Harvard que "o Pentágono concede contratos muito grandes sem uma concorrência competitiva e as deficiências dos contratantes frequentemente causam grandes aumentos de custos". Além disso, prevê que "o tremendo aumento nos gastos com a defesa para os próximos cinco anos vai ser responsável pela falta de engenheiros e cientistas especializados em eletrônica e máquinas avançadas e causará estrangulamentos na produção de bens de capital."

## Progresso militar, decadência econômica

No outro lado da medalha, "os contratantes dos organismos de defesa dos Estados Unidos se concentram no Sul e no Oeste do país... onde o trabalho semi-especializado é escasso, enquanto o meio-oeste industrializado sofre com o desemprego e uma infra-estrutura subutilizada e decadente". De um lado, falta de engenheiros e mão-de-obra altamente qualificada (o que significa atraso) e, de outro, desemprego na indústria civil "subutilizada e decadente". Progresso militar, decadência econômica.

Esta deve ter sido a preocupação da Sociedade Brasileira para

o Progresso da Ciência. O presidente da Sociedade Brasileira de Física e diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, Moyses Nussenzweig, informou ao O Estado de S. Paulo (13.1.82) que, no último congresso da SBPC foram feitas denúncias, agora em fase de apuração. "Verbas substanciais destinadas pelo governo para pesquisa básica estariam sendo empregadas no desenvolvimento de projetos para fins militares". Concretamente, trata-se das áreas espacial, de computação e de aceleradores de partículas (instrumento usado em física nuclear). Lembra o físico que "não se conhecem efetivamente os recursos oficiais destinados a pesquisa e tecnologia nacionais". A comissão que investigará as denúncias é constituída pelos professores Antonio de Freitas Pacheco (Observatório Nacional), Sérgio Machado Rezende (Universidade Federal de Pernambuco), e Solange Cuyabano de Barros (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

A investigação é excessivamente privada para que se possa confiar que tenha êxito. Ela só vai falar no próximo congresso da SBPC. Mas a preocupação dos cientistas brasileiros pelo menos sugere o perigo de que as distorções, agora denunciadas nos EUA, estejam se repetindo no Brasil.





# A orgia financeira que assolou o país

Em 1981 — o ano da recessão e do desemprego — os vinte maiores bancos do país expandiram os seus lucros líquidos em 320%. Alguns entre eles, chegaram a lucros astronômicos da ordem de 778%, como o banco Safra. Para este ano, espera-se que a operação pilhagem se repita.

Por Juarez Guimarães



## Os lucros dos bancos, o desemprego e a inflação

A permanência das taxas elevadas de juros têm uma relação direta com os grandes problemas vividos pelos trabalhadores, como o desemprego e a inflação.

Em geral, quanto maior a taxa de lucro menor é o nível de investimento capitalista e, portanto, maior o número dos que não encontram trabalho. No Brasil, esta tendência tem uma significação particular em função da aguda atrofia do mercado de ações, forma alternativa das empresas se capitalizarem sem recorrer aos empréstimos. Por uma série de razões, a soma repassada através do sistema acionário representa uma parcela ínfima da poupança financeira bruta e desde 64 se assiste a uma brutal e progressiva redução da subscrição de ações em relação ao PIB.

Assim, as pequenas e médias empresas tendo pela frente altas de juros certamente refreiam os seus investimentos, quando não aprofundam os seus problemas de liquidez, podendo chegar no limite à insolvência. Já os grandes grupos econômicos, de maior solidez, tendem a desviar recursos para a especulação que lhes promete um retorno mais proveitoso do que os investimentos. A tendência que se instaura, então, é a de que cada vez maiores massas de dinheiro são atraídas para a órbita financeira em um processo que tem pouco a ver com a produção real de mercadorias.

Um outro caminho através do qual as taxas altas de juros se relacionam com o processo recessivo é pelo lado do consumo. Como se sabe, a venda a crédito desempenhou um importante papel na extensão do mercado consumidor de bens duráveis de consumo, carro chefe da economia na década passada. Através do crédito, parcelas da produção de meror poder aquisitivo tiveram acesso a televisores, carros, aparelhos de som. A exposição dos juros leva a insegurança aos consumidores, estreita os mercados e, conseqüentemente, incentiva a redução do investimento capitalista, do nível de emprego.

Exemplo gritante desse processo é a economia argentina que embora se veja estagnada desde 1976, tem que enfrentar um processo inflacionário crônico.

Para os trabalhadores brasileiros, já submetidos a uma longa história de exploração, a política atual do governo brasileiro combina o pior dos dois mundos, a inflação e o desemprego.

Carlos Lessa, diretor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, analisa a crise econômica, o papel central nela desempenhado pela especulação financeira e os rumos da economia brasileira. Apresentamos a seguir um extrato de duas entrevistas concedidas pelo economista, a primeira delas ao Informativo do Economista (do Conselho Regional de Economia gaúcho) e a segunda ao Relatório Reservado de 4 de janeiro de 1982.

— Como você caracteriza a crise econômica atual? Quais são as expectativas?

Carlos Lessa — A crise econômica atual é de formato quase clássico. No sentido de que se trata de uma economia em que ainda subsiste excesso de capacidade produtiva em quase todos os setores. Principalmente, nos que lideraram a expansão anterior, e que a política oficial, em sua tentativa de convivência com a crise, acabou levando a optar por um esquema contracionista. Uma crise deste tipo, como é usual, para ser superada exige a resolução de duas ordens de questões. Num plano mais imediato é imprescindível superar o quadro de desordem financeira que se expressa no processo inflacionário de três dígitos e na má qualidade crescente de renegociação externa. Em um nível mais profundo, a superação da crise exigirá a articulação de uma nova frente de expansão para a economia, que só seria alcançada se fosse possível redefinir o atual padrão de industrialização. E essa é possivelmente a questão de enfrentamento mais complicada.

**A especulação financeira que corre solta dentro da economia há algum tempo, em meio a crise tende a ganhar uma autonomia e virulência particularmente elevadas.**

— Você concorda com a análise do governo de que os dois problemas principais são a inflação e o balanço de Pagamentos?

Carlos Lessa — Não concordo. É inquestionável que a inflação é um terrível problema. Mas é mais um resultado. Não é o gerador do problema. Lançando mão de uma imagem elementar, quero dizer, é a febre que atinge o paciente e não a infecção que está sofrendo. A infecção na minha perspectiva é prioritariamente a especulação financeira que corre solta dentro da economia já há muito tempo e que, em meio a uma crise, tende a ganhar uma autonomia e virulência particularmente elevadas.

— Quais são as expectativas para o desempenho da economia em 82?

Carlos Lessa — Mantidos os atuais parâmetros políticos e não sendo alteradas nenhuma das determinações da economia, o quadro da crise é progressivo. Tudo indica que neste ano a política econômica oficial terá um raio de ação ainda menor. Dificilmente conseguirá sustentar em 1982 o desempenho que teve em 1981.

No que diz respeito às articulações externas, o cenário internacional que se projeta para este



Carlos Lessa

ano não era menos ruim do que o de 1981. O mais provável é que o quadro recessivo se aprofunde. No plano interno, 1981 caracterizou-se por uma política monetária restritiva e por uma equação monetária cambial em que se procurou manter a taxa de juros interna substancialmente superior ao custo do dinheiro no exterior. Tudo isso no sentido de forçar uma reciclagem da dívida externa, permitindo, por outro lado, ganhos especulativos e a prática de uma taxa de juros real que é das mais elevadas senão a mais elevada do mundo capitalista.

Os únicos indícios de sugestões que poderiam alterar o quadro são as idéias de que, num ano eleitoral, passar-se-ia a ter uma política fiscal anti-inflacionária muito especial e uma política habitacional amplificada. Mas, até o momento, tais sugestões ainda não se materializaram e eu ouso admitir que existe no interior do próprio governo toda uma fortíssima correlação, todo um esquema de pressões para

## A especulação financeira está na origem da crise

que tal não ocorra. Aliás, todas as declarações sobre política econômica que eu tive oportunidade de ler até agora indicam a manutenção da orientação do ano passado. Com os elementos postos à disposição dos analistas, eu não consigo vislumbrar nada que possa explicar uma recuperação da economia, mesmo parcialmente.

Setores empresariais estão aguardando uma recuperação econômica este ano, podendo a economia crescer entre 3 e 5 por cento. Quais as bases que poderiam sustentar um tal crescimento?

Carlos Lessa — A produção interna de bens de capital, por exemplo, depende fundamentalmente da evolução dos investimentos e eu não vejo, relativamente ao setor privado, uma modificação da tendência declinante verificada nos últimos anos. Dessa forma, os indícios são de que a demanda por bens de capital continuará deprimida ao longo de 1982, de parte das empresas privadas, e ao mesmo deverá ocorrer com relação às estatais, cujos orçamentos para este ano foram aprovados admitindo-se um crescimento nominal de 80%, ou seja, rigorosamente mantido o mesmo nível de gastos observado em 1981.

Portanto, pelo ângulo dos investimentos, não há elementos que sugiram uma recuperação da produção dos bens de capital — um setor que está apresentando margens gigantescas de capacidade ociosa. E não consigo vislumbrar tendências ou decisões políticas que possam fundamentar uma esperança de recuperação deste setor em 1982, de uma maneira global. É possível que algum ramo ou empresa, possa ser eventualmente beneficiado, mas o conjunto continuará na mesma.

No caso dos bens de consumo não duráveis, os setores cujos ramos apresentam as mais violentas taxas de contração na produção corrente do ano passado — há uma única medida tomada até agora que permite uma parcial recuperação: a dilatação dos prazos de financiamento de 12 para 24 meses para quase todas as categorias.

Porém, a reativação das vendas dependerá muito mais da evolução da oferta de emprego para os assalariados médios, da perspectiva de manutenção de emprego e do nível de endividamento médio que eles poderão suportar.

Assim, não serão as facilidades adicionais de crédito que estimularão a faixa dos assalariados médios a expandir substancialmente suas compras de bens de consumo, devendo prevalecer a visível rotatividade no emprego observada recentemente nessa faixa de assalariados e, também, a redução do nível médio de salário. Uma pequena recuperação poderá surgir em consequência das medidas já aprovadas. Mas, a impressão que tenho, é que se trata de uma gota d'água no oceano.

**Mantidos os atuais parâmetros, o quadro da crise é progressivo. Tudo indica que neste ano a política econômica oficial terá um raio de ação ainda menor.**

— Pedro Conde-presidente da Federação Brasileira de Bancos — já chegou inclusive a declarar que está preocupado com a saúde financeira de seus clientes.

Carlos Lessa — É, isso é verdadeiro. Quer dizer, mesmo os banqueiros mais ortodoxos, aqueles que consideram as políticas recessivas como políticas saneadoras, chegam a um momento em que começam a verificar que a interdependência existente dentro de uma economia como a nossa faz com que o saneamento possa apresentar o efeito de um bumerangue. Mas, ao mesmo tempo, os banqueiros declaram que a taxa de juros deve cair através dos mecanismos de mercado. O problema é que a busca desses mecanismos ocorre a luz de velas, pois mantêm-se os anúncios de que a política monetária permanecerá restritiva, de que será mantido o interesse em que a taxa de juros interna permaneça bem acima da taxa de juros externa. Dessa forma, eu não vejo como os mecanismos de mercado possam contribuir para que o sistema financeiro abra mão de sua capacidade de arbitrar um diferencial muito grande entre o preço de captação de recursos e o ganho com a aplicação, mormente quando a dívida pública já expandiu sua base de operações de maneira absolutamente prodigiosa.

## O dinheiro e o poder dos bancos

A história dos dois maiores conglomerados financeiros do país revela o processo de concentração vivido pelo setor na década passada. Nos últimos dez anos, o Bradesco adquiriu e incorporou os bancos Agrícola da Alta Mogiana, Nova América, Villarino, Crédito Comercial, dos Importadores e Exportadores do Ceará, Mineiro do Oeste e da Bahia. De dezembro de 1970 a dezembro de 1980, o número de agências do Bradesco aumentou de 438 para 1.341 e o de funcionários de 12 mil para 75 mil.

Já na árvore genealógica do Banco

Itaú, o segundo maior conglomerado do país, figuram trinta bancos. Em 1964, o Banco Federal de Crédito, cujos dirigentes foram a espinha dorsal do processo de fusões e associações que resultou no Itaú, ocupava a 32ª posição entre os maiores bancos privados e oficiais.

Em setembro de 1981, os recursos à disposição dos dois conglomerados era da ordem 1,16 trilhões de cruzeiros! Tal quantia é praticamente equivalente, por exemplo, a arrecadação do ICM (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias) em todo o país para o ano de 1981. Sabe-se que o ICM, constituiu de longe a prin-

cipal fonte de arrecadação para todos os estados brasileiros

Não é de se espantar, portanto, que a política econômica do governo seja tão favorável ao capital financeiro. Profundamente centralizado, dotado de tal poder econômico e político ela está em excelentes condições para obter concessões e concessões da ditadura. Como por exemplo, a inclusão dos bancos entre os setores relacionados como de segurança nacional (logo, onde as greves são proibidas) imediatamente após a retomada dos movimentos grevistas em 1979.

Os lucros fabulosos dos bancos em 1982 têm muitas significações. A primeira delas é que houve uma real transferência dos outros setores da economia — industrial, agrícola e de serviços executando o financeiro — para este último. O que confirma uma tendência progressiva da última década: se em 1969 o setor financeiro tinha uma participação de 5,6% na renda interna, em 1979 esse índice vai ser de quase o dobro, de 9,8% de acordo com a Fundação Getúlio Vargas.

O que não significa que todos exceto os banqueiros perderam. A Cia Souza Cruz, por exemplo, obteve no ano passado um lucro líquido de 338% superior ao de 1980, bastante acima da taxa de inflação que foi de 96% no ano passado. Isso apesar das vendas físicas de cigarro terem caído em 8%. A explicação óbvia: a Souza Cruz, empresa que controla a maior fatia do mercado, pôde aumentar quatro vezes os preços do cigarro. E assim ocorreu com os grupos econômicos mais poderosos. Sem necessidade de trabalhar com dinheiro tomado de empréstimo, eles escaparam da alta de juros cobrada no mercado; mais além disso, eles se beneficiaram das boas condições de especulação no sistema financeiro aplicando as sobras de seu capital. Além, de reajustar os preços de seus produtos muito além da inflação e diminuir o custo da folha de pagamentos através da demissão massiva de trabalhadores.

### Orgia para poucos

Outro problema é procurar captar as fontes das quais derivaram os lucros fabulosos. Apesar do controle da expansão monetária praticado pelo governo em 1981, a oferta de empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado se expandiu em 133%. A expansão da capacidade de empréstimos dos bancos se deveu basicamente aos repasses de dinheiro tomado no

exterior, mecanismo incentivado pelo governo como forma de tapar os furos do Balanço de Pagamentos.

Não foi, portanto, devido à escassez de dinheiro no mercado que os juros alcançaram taxas de 130 a 200% ao ano. A razão foi bem outra e está diretamente ligada à política do governo. No ano passado, houve um crescimento da dívida pública interna da ordem de 500% através da colocação maciça de títulos. Para obter compradores para esta massa de títulos, o Banco Central trabalhou com uma base alta de remuneração. Como os títulos do governo são uma forma de investimento seguro, as taxas de juros cobradas pelos bancos têm de se situar acima da taxa de rendimento dos títulos do governo. Se não fosse assim, os bancos prefeririam investir em títulos públicos (ORTN, LTN) e emprestar dinheiro.

As taxas de juros altíssimas explicam boa parte da massa de lucros obtida pelos bancos em 1981. Mas não tudo. Parte dela, provém de práticas especulativas no próprio setor, através de investimentos de curto prazo no Open Market.

De um outro ponto de vista, foram mais beneficiados aqueles bancos que mais utilizaram o mecanismo do repasse de dinheiro tomado no exterior. O Banco Safra, por exemplo, elevou sua captação externa de 4 para 130 milhões de dólares em 1981 e obteve a maior expansão de seu lucro líquido, cerca de 780%. É significativo ainda que o Citibank que em 1980 já era o segundo colocado no volume de empréstimos tenha se aproximado bastante do Bradesco.

Chama atenção ainda o elevado grau de concentração do setor financeiro. Os cinco maiores bancos em lucro líquido em 1981 obtiveram mais de 70% do total de lucro líquido dos vinte maiores bancos comerciais que operam no Brasil. Enfim, uma orgia só para convidados bem especiais.

## O que revelam os balanços

(desempenho dos maiores bancos comerciais privados brasileiros 1981)

Banco Comercial	Depósitos totais (Cr\$ bilhões)		Empréstimos (Cr\$ bilhões)		Lucro líquido (Cr\$ milhões)	
	1981	Variação sobre 1980 %	1981	Variação sobre 1980 %	1981	Variação sobre 1980 %
1 Bradesco	282,4	85	233,8	132	36 207	475
2 Itaú	171,9	85	198,3	141	16 166	393
3 Nacional	116,7	103	92,7	105	2 278	237
4 Unibanco	116,4	112	100,2	104	4900	221
5 Real	102,1	77	121,0	120	2 715	122
6 Bamerindus	76,9	86	129,9	170	8 141	421
7 Mercantil de São Paulo	73,2	157	49,6	89	6 640	249
8 Econômico	67,2	130	77,5	119	4 042	137
9 Auxiliar	53,0	94	66,9	129	776	197
10 Sul Brasileiro	46,1	77	59,0	90	775	171

Fonte: Revista Exame, 27/1/82



## Um jornal que denuncia a pilhagem capitalista

A Editora Aparte S/A • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros • São Paulo • CEP 05414 • Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque nº ..... por uma assinatura anual

Apoio Cr\$ 3.000,00 ( ) Comum Cr\$ 1.500,00 ( ) Exterior US\$ 50,00 ( )

NOME: .....

ENDEREÇO: .....

CIDADE: .....ESTADO: .....



Ataques à pró-CUT

# A ofensiva dos pelegos

Enquanto a pró-CUT ainda patina, o sindicalismo ministerialista articula-se e procura minar as conquistas organizativas do movimento operário.

O movimento sindical brasileiro foi sacudido, nas últimas semanas, por alguns acontecimentos bombásticos. Em janeiro, o sr. Antônio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de SP, lançou uma tardia campanha de denúncia da Iª Conclat, taxando-a de cupulista; emitiu cinco mil cartas pelo correio endereçadas a todos os sindicatos de trabalhadores do Brasil, propondo o adiamento da IIª Conclat e a realização da próxima com participação restrita a diretores sindicais e que não tivesse como propósito construir a CUT. E já ameaçou: "Se a comissão pró-CUT não fizer nada, nosso sindicato faz um plebiscito". "Já tenho tudo preparado. Envio uma correspondência a todos os sindicatos do País e junto um envelope com a cédula para ser respondido sim ou não à proposta de adiamento".

Magri, que confessa abertamente receber dinheiro do sindicalismo americano, aposta no conservadorismo do sindicalismo oficial para tentar encetar manobras cisionistas. Mas, as coisas são mais complexas do que podem parecer. É bom não esquecer que o Sindicato de Magri é um dos que sustentam a Federação dos Trabalhadores dos Serviços Urbanos de S. Paulo cujo presidente é Hugo Perez, membro da executiva da comissão nacional pró-CUT. Os dois até há pouco conviviam em perfeita harmonia, mas eis que, subitamente, vêm à luz profundas divergências.

Aliás, nos meios sindicais, era tido e havido como certa a aliança entre o Sr. Magri e a ala direta do PC. A violência dos ataques que o jornal *Voz da Unidade* desferiu a esta iniciativa, fornece indícios de que, por trás destes atos, se encontra mais uma polêmica interna do PC.



Um retrato de corpo inteiro da CNTI

## A greve do sr. Ari Campista

Mas, as coisas não pararam aí. Dia 2 de fevereiro, os jornais publicaram estranhas declarações do sr. Ary Campista, cuja figura dispensa comentários, declarando-se disposto a comandar uma greve nacional contra o "pacote" da Previdência Social. Os jornais afirmaram que "esta hipótese foi recebida com entusiasmo pelos representantes de 40 das 61 federações de trabalhadores filiados à CNTI".

E até a preparação da dita greve já estaria sendo discutida: "No dia 26 de março, em Brasília, haverá uma grande plenária, dirigida pela CNTI, a qual deverão estar presentes, além dos dois conselheiros de cada federação, mais cinco dirigentes sindicais das bases das federações, o que daria um total de 480 sindicalistas".

Poderia-se até pensar que as declarações do Sr. Campista não fossem mais que um atestado definitivo da sua senilidade. Afinal, com essa massa de 480 sindicalistas presentes em Brasília, dificilmente se conseguiria alguma coisa além de uma reunião regada a uisque e torta de galinha. Talvez até a menção mais enfática da palavra "GREVE" fosse motivo suficiente para desmobilizá-la. Ao que tudo indica, tudo não passa da tentativa de se fazer um barulho, um arremedo de mobilização para que, quando da aprovação do projeto que regulamenta as mudanças na Previdência Social no Congresso, a CNTI e as Federações façam valer sua presença.

## Ataques a Pró-CUT

Na verdade, tanto as perigosas declarações do sr. Magri, quanto as bombásti-

cas fanfarrônicas de Ary Campista têm um alvo comum, a pró-CUT. O primeiro procura mobilizar o sindicalismo oficialista, aquele visceralmente ligado ao Ministério do Trabalho contra a CONCLAT, a CUT. Procura um pretexto para insinuar uma divisão no movimento sindical, que teria como ponto de partida um boicote à próxima CONCLAT. O segundo procura competir com a pró-CUT na organização do protesto contra as novas taxas de contribuição para a Previdência Social, falando grosso para ver se consegue se firmar como negociador do movimento sindical junto ao governo.

No entanto, tais ações podem até conseguir algum campo para sua efetivação. Isto porque os passos que a pró-CUT deu até hoje estão muito aquém do necessário e do exigido pelo movimento sindical. A proposta de greve geral foi praticamente esquecida; os ENCLATS por Estado sequer foram marcados, a safra dos dissídios do 1º semestre já se inicia, sem que a pró-CUT tome a frente das mobilizações.

Mesmo a luta contra o "pacote" previdenciário, de inegável importância, possui um caráter um pouco limitado. Num certo sentido, é vista como uma tentativa de pressionar os congressistas nesse ano eleitoral, conformando-se uma ampla aliança contra este assalto ao bolso do trabalhador. O aspecto um tanto cupulista e limitado da sua condução salta aos olhos.

De toda maneira, o ato público de 12 de março é uma iniciativa unitária do movimento sindical e, se bem sucedida, poderá abrir campo para que novas lutas comuns sejam travadas.

(Antonio Nahas Jr.)

## ANAMPOS Reunião decisiva

Em Olinda, este fim de semana, a ANAMPOS vai reunir-se para decidir os seus destinos. No entanto, o envolvimento com as eleições de vários líderes sindicais como Olívio Dutra, Lula, Jacó, e a distância deverão fazer com que esta reunião não seja tão representativa quanto a de Brasília. Afinal, são poucos aqueles que dispõem de tempo e dinheiro para viajar ao Nordeste.

Mas, o problema maior é que a ANAMPOS ainda não clareou totalmente seus rumos. Os critérios de participação regional são obscuros: "a convite da direção", o que a transforma em algo fechado, restrito a escolhidos; a participação nos encontros nacionais obedece a esdrúxulos critérios de proporcionalidade (10 por Estado, independente da força da articulação), e mesmo a organização das reuniões, a elaboração da sua pauta, são feitos não se sabe bem por quem. Além disso, o caráter operário e

popular da articulação, colocando sem muita precisão e definições políticas, o movimento sindical ao lado do movimento popular, só vai servir para diluir ainda mais a ANAMPOS como corrente sindical.

É fato que a última reunião em Brasília aprovou a efetivação de uma corrente sindical pública e interventora. Mas, até agora, nada, e vai ser necessário muito esforço em Olinda, para que este quadro seja invertido.

O ano eleitoral, a maré baixa do movimento sindical, a preponderância dentro da articulação de um projeto que a transforme em um fórum de reuniões e discussões para futuras maquinacões políticas, comprometem em muito esta perspectiva.

Mesmo assim, o ânimo de muitos dos participantes de Olinda é de procurar recuperar as decisões de Brasília (vide o último ET) e transformá-la num instrumento de unificação nacional dos sindicalistas combativos,

## O ABC dá a dica

O fortalecimento da pró-CUT passa pela unificação dos dissídios deste semestre e pela articulação do apoio aos metalúrgicos em campanha.

Inicia-se a safra dos dissídios do 1º semestre com uma notícia animadora. Sete sindicatos metalúrgicos do interior, puxados por S. Bernardo, rompem com a federação e encaminham de uma forma consequente seu reajuste salarial. Em S. Bernardo, formas de organização utilizadas em 80 (assembleias nos bairros; reuniões por empresa) são retomadas, e uma dupla plataforma foi elaborada: uma para os patrões, outra para o governo.

Nunca é demais lembrar, no entanto, que a razão básica que impediu o sucesso mais completo das mobilizações grevistas de 80 foi a falta de apoio do conjunto do movimento sindical. Naquela época, dentro de S. Bernardo, tínhamos a formidável combinação de um Sindicato combativo, uma liderança respeitada, o apoio das associações de bairro, da prefeitura, da Igreja. Mesmo assim, o movimento foi literalmente sitiado pelos patrões e pela ditadura.

Hoje, a situação política alterou-se um pouco. Temos um PT mais organizado e, principalmente, uma

comissão pró-CUT eleita num representativo congresso dos trabalhadores.

É hora, então, de procurar mobilizar estes organismos para romper com o corporativismo imposto ao movimento sindical. É um absurdo, por exemplo, que os metalúrgicos de Santos, cuja data-base é 1º de maio, um mês portanto após a data-base dos metalúrgicos do interior de SP, não procurem os metalúrgicos do ABCD para realizar uma campanha salarial comum, com base numa plataforma de reivindicações unificada. Ambos os sindicatos são da pró-CUT; pertencem até ao mesmo ramo industrial e apenas a barreira burocrática das leis e normas do Estado burguês impede esta unidade na ação.

A pró-CUT não pode limitar-se a encaminhar lutas gerais nacionais, como a atual, contra o "pacote" da Previdência. Se esta luta unifica amplos setores operários (e até alguns patrões, aqueles que não conseguem repassar os novos custos vindos do "pacote" para o preço dos seus

produtos); se consegue o apoio de parlamentares de diversos partidos e possui até a chance de derrotar o "pacote" no Congresso, não podemos nos iludir. Com uma simples assinatura, a presidência da República pode revivê-lo.

Por que a pró-CUT, então, não joga seus esforços na unificação dos dissídios do 1º semestre, na elaboração de uma plataforma comum ao governo, que tenha como centro o "pacote" previdenciário? Por que não centrar nossos esforços na organização de um 1º de maio unitário, que também empunhe esta bandeira?

São as campanhas salariais onde os trabalhadores mais se mobilizam. A unificação das campanhas poderá tornar possível a viabilização mesmo que mínima das decisões da I CONCLAT.

E da capacidade da pró-CUT e dos sindicatos mais mobilizados conseguirem travar lutas comuns e unificarem pela base o movimento sindical dependerá o futuro da II CONCLAT.



# Campanha dos metalúrgicos do ABC e interior Já são 250 mil na briga

Unificar a campanha, unificar as reivindicações. Esta é a proposta de sete sindicatos de metalúrgicos do interior de São Paulo para seu dissídio coletivo.

Por Elvira Oliveira

Os quase 250 mil metalúrgicos — número de trabalhadores que compreendem as sete cidades do interior paulista envolvidas na campanha salarial que se inicia — já estão suando a camisa na tarefa de mobilizar seus companheiros para a batalha a ser travada com os patrões e que tem no 1.º de abril a data-base de seu dissídio.

Estas cidades cobrem uma grande porção de São Paulo: São Bernardo/Diademã, Santo André, São Caetano (no ABC paulista), Itú, São José dos Campos, Santa Bárbara d'Oeste e Ribeirão Preto (espalhadas por todo o interior). Juntas elas poderão levar para o Estado inteiro a luta dos operários.

Em anos anteriores a campanha metalúrgica acabou dividida. Dos 34 sindicatos que compõem a Federação, apenas os da região do ABC levaram a disputa até o final, foram à greve quando necessário (como em 1979/80) e conquistaram maiores vantagens para os trabalhadores.

## A Federação do Argeu

Os outros sindicatos, em sua maioria tomados por direções imobilistas ou pelegas preferiram o caminho mais fácil: delegaram poderes para a Federação Metalúrgica para que negociasse em seus nomes.

Argeu Egydio dos Santos, presidente quase vitalício da Federação e amigo íntimo dos patrões e do governo, apressou-se em lhes poupar trabalho. Com o restante dos sindicatos não havia problemas, "não tinha dores de cabeça" e eles poderiam se concentrar na tarefa de dobrar o ABC.

Mas, o que é ruim não dura pra sempre e nos dois últimos anos, os pequenos sindicatos do interior vêm sendo ocupados por direções que antes eram oposição sindical e que estão com muita vontade de trabalhar, com muito ânimo para mover a poeira e o imobilismo, que favoreciam os patrões. Qualquer sacanagem que vinha pra cima dos operários sempre começava



por eles que tinham poucas condições de resistir; dispersos pelo interior e aquietados por suas direções.

## A pauta de Reivindicações

A pauta de reivindicações que ainda não está totalmente fechada (faltam os dados econômicos, que o DIEESE está aprontando), será unificada. Quarta-feira, os sete sindicatos se reuniram para discuti-la mais uma vez e traçar o esquema de mobilização da campanha. Os pontos diferentes desta pauta, ficarão por conta das especificidades de cada região, pois estarão juntos trabalhadores de grandes montadoras como a Volkswagen e a Ford até aqueles que trabalham em pequenas firmas ou oficinas de auto-peças.

Neste ano, como em 81, as reivindicações se dividem em uma pauta para os patrões e pauta para o Governo. A redução da jornada de trabalho; a luta contra o desemprego e a representação sindical são as principais reivindicações a serem formuladas aos patrões. Ao governo, além de reivindicações econômicas (como congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade), exige-se até a manutenção do calendário eleitoral.

Embora fortalecidos por essa união, os metalúrgicos têm um trabalho árduo pela frente. Terão que trazer pra luta trabalhadores que nunca participaram de um

dissídio coletivo, pois delegavam à Federação as negociações. Têm as distâncias do Estado a separá-los e vêm de um ano (81), em que o desemprego começou solto. Em São Bernardo, por exemplo, cabeça de ponta do movimento, o desemprego atingiu a elevada cifra de mais de 20%. A categoria que em 1980 era formada por 130 mil metalúrgicos está hoje reduzida a 105 mil trabalhadores.

## Qual o melhor investimento?

Além de tudo existe a propaganda maciça do governo e dos patrões, que dizem "que em 82, o melhor investimento é assegurar o emprego". Outro grande problema é a situação que está atravessando Santo André. Desde o final da intervenção no sindicato no ano passado, ainda não conseguiu se normalizar. Várias tentativas de eleição de nova diretoria não foram adiante, a categoria está descrente com seu órgão de representação e mais recentemente o governo nomeou novamente o antigo interventor para sua direção.

No entanto, conscientes de todos esses problemas, os metalúrgicos vão à luta, pois muitos deles sabem e a experiência histórica está aí para provar, que principalmente nos momentos de crise econômica quanto mais submissos estão os trabalhadores mais os patrões se aproveitam. Quanto mais curvado, mais fácil par ser montado.

A organização da campanha este ano, segundo os metalúrgicos, seguirá os moldes de 1980, quando em São Bernardo foram formadas comissões de salários, de negociações e uma Comissão de mobilização por ocasião da greve, composta de 425 trabalhadores, reunindo membros da diretoria do sindicato e metalúrgicos de base.

Ainda em São Bernardo que é referência para os outros sindicatos, já houve uma primeira assembléia em 22 de janeiro, abrindo a campanha e as próximas serão em 5/6 de março, quando os trabalhadores discutirão as reivindicações econômicas, tais como o índice de aumento acima do INPC e o valor do piso salarial.

Além destas, diariamente estão acontecendo assembléias nas portas de fábrica, bem recebidas pelos operários e, nos fins de semana, assembléias nos bairros (12 assembléias estão programadas, ao ar livre), onde será discutida, principalmente, a plataforma a ser enviada ao governo. Até agora já saíram 2 jornais e o suplemento diário do **Tribuna Metalúrgica**, com tiragem de 15 mil exemplares.

## Os Dissídios e a Pró-CUT

Apesar da importância dessa união inédita dos sete sindicatos em campanha, a Comissão Pró-CUT até agora não tem tido uma participação efetiva. Apenas o Lula está acompanhando o dia-a-dia dos trabalhos. Somente neste primeiro semestre, e a partir de agora, são 15 as categorias que têm as datas-base de seus dissídios muito próximas umas das outras. Sua unificação é possível, os metalúrgicos do interior estão provando isto.

Esta experiência, se levada a efeito, seria um duro golpe nas pretensões dos patrões, que contam com a crise econômica e o desemprego para vencer os trabalhadores sem dificuldades. Seria também um grande passo para o cumprimento daquilo que foi discutido na Conclat e um primeiro treino para a greve geral.

Ciferal/Rio

## Operários agredidos e traídos

Augusto Tadeu

"Lamentável, muito lamentável na hora em que a PM começa a melhorar a sua imagem um grupo de policiais agride sem motivos operários que estão passando fome". Estas foram as palavras do advogado do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro sobre o brutal espancamento dos 500 operários da CIFERAL no dia 2 de fevereiro. Os operários se encontravam em greve por 12 dias e realizavam uma assembléia no interior da fábrica.

Conforme acordo firmado na DRT entre a empresa e a diretoria do sindicato, os salários em atraso desde dezembro seriam pagos no dia 1.º de fevereiro. Neste dia a CIFERAL

distribuiu os contra-cheques e marcou o pagamento para o dia seguinte. Quando foram receber, a empresa, sem maiores explicações, não pagou.

Revoltados, cerca de 500 operários reuniram-se em assembléia no interior da fábrica, exigindo o pagamento. Por volta das 12 horas, soldados trazidos por três caminhões do batalhão de choque da PM chamados pela empresa, cercaram a espancaram os operários. Três dias depois, o presidente do sindicato, Osvaldo Pimentel, reuniu-se a portas fechadas com o Comandante da PM. Na saída o sorridente pelego praticamente eximiu a PM de sua

ação repressiva. Isso não é de se estranhar visto as já antigas e amistosas relações do pelego com a alta cúpula da PM, relações estas que vêm desde a expulsão e agressão aos operários da FIAT, da subdelegacia sindical de Xerém.

A diretoria do sindicato encaminhou como "forma de luta" a rescisão coletiva do contrato de trabalho. Além de não garantir o recebimento dos atrasados, já que joga esta decisão para a justiça do trabalho, a rescisão do contrato bota os operários na rua. Assim, Pimentel beneficia a empresa, na medida em que lhe dá fôlego para resolver suas alegadas dificuldades financeiras.



Policiais guarneceram a fábrica após atacar os operários



e o pelego concilia com o comandante da PM



# Professores de S. Paulo

## A campanha vai às ruas

Enfrentando um governo que se recusa a atender suas reivindicações e mesmo a abrir negociações com a entidade de classe, os professores de S. Paulo preparam-se para uma campanha salarial inédita em sua história. O Congresso anual da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial de S. Paulo) realizado no final do ano passado, reafirmou as reivindicações históricas da categoria em torno de 45 itens, ressaltando a luta pelo reajuste semestral para setembro de 1982, regulamentação do estatuto do magistério no que se refere às horas-atividades, entre outras. O índice de reajuste reivindicado tem por base o INPC anual mais 15%, visando repor uma parcela das perdas salariais acumuladas pelo magistério nos últimos anos.

Os professores saíram do Congresso preparando-se para enfrentar o seu patrão, sabendo que a parada será dura, e para isso vão utilizar-se de todas as armas disponíveis. A principal delas, a que garante a sua força, é sua própria organização e mobilização, definindo-se um Cronograma de atividades que vai desde a escolha de representantes por escola até as Assembléias regionais preparatórias para a Assembléia estadual de 14 de março, no ginásio do Pacaembu, onde se conta com a participação de dez mil pessoas.

Além disso, está presente na cabeça de cada professor que não se pode ir à luta isoladamente mas se faz necessário construir a unidade em cima das lutas comuns, com os demais setores do magistério e do funcionalismo público também em campanha salarial.

Por outro lado, as péssimas condições de trabalho e salário do professorado são um elemento a mais das precárias condições da educação no estado, que atinge o conjunto da população. E por isso o Congresso da APEOESP decidiu ir à luta



junto com as organizações comunitárias propondo o levantamento das condições de ensino e das escolas das regiões, preparando-se para cobrar do governo, nesse ano eleitoral, suas responsabilidades frente à educação.

### O difícil caminho da Unidade

A construção de uma força unitária no enfrentamento ao governo só pode se dar em lutas e campanhas comuns, realmente encaminhadas em conjunto por todos os setores do funcionalismo. Aí é que surgem as dificuldades, dada a diferença de representatividade, organização e mesmo disposição de luta dos demais setores e entidades do magistério e funcionalismo, onde existem entidades muito pequenas, algumas fantasmas e outras reconhecidamente pelegas.

Mesmo assim, cabe aos professores, como categoria melhor organizada, e à APEOESP pela sua combatividade e tra-

dição de luta, trazer esses setores para uma campanha unificada, contribuindo de fato para a construção de canais de mobilização e luta para suas bases.

Estão sendo encaminhadas reuniões com a participação de outros setores do magistério: APEOESP, de professores e servidores do Vale do Paraíba; APEEM, dos professores municipais; UDEMO e APASE, dos diretores de escola e supervisores de ensino e com o CPP, Centro do Professorado Paulista, entidade com cerca de 90 mil sócios, majoritariamente professores do antigo primário.

As propostas encaminhadas até agora são a convocação conjunta da Assembléia do dia 14 de março — o que será definido até o dia 1.º —, uma Comissão de visitas ao Prefeito e aos deputados, antes da votação da mensagem do governo que fixa o reajuste, ao mesmo tempo que as entidades comprometem-se a convocar suas bases e garantem a presença de seus Conselhos na Assembléia Legislativa no

dia da votação da mensagem que fixa o reajuste.

O maior problema para a garantia da campanha conjunta tem sido o CPP, com sua velha tradição de peleguismo, mas que pressionado pela postura das demais entidades e pelas necessidades objetivas do magistério, talvez avance para uma campanha unificada, frente ao risco de desmoralizar-se diante de suas bases.

### Funcionalismo

Está sendo convocado pela FEPASP — Federação Paulista de Servidores Públicos — um Encontro de Servidores Públicos de S. Paulo, com objetivo de definir as lutas e campanha salariais, bem como a participação dos servidores na construção da CUT. Um encontro cuja proposta só tomou corpo no mês de janeiro e que certamente reunirá apenas os setores mais mobilizados do funcionalismo.

Participar do Encontro não significa reconhecer na FEPASP uma entidade representativa dos servidores, mas sim a consciência de que aqueles mais mobilizados e organizados, como os professores, podem efetivamente contribuir para o fortalecimento de setores combativos do funcionalismo que tentam, através desse Encontro, abrir um canal de mobilização para os servidores.

Isso só poderá ocorrer se o Encontro, consciente de suas limitações, não pretender-se deliberativo ou soberano sobre os processos já em curso em algumas entidades. No entanto é possível tirar-se uma unificação de reivindicações e encaminhamentos conjuntos, com o copromisso de todas as entidades encaminharem assembléias no mês de março, formas de pressões conjuntas sobre o governo e o parlamento e uma Coordenação de Lutas com representação proporcional à importância política de cada setor.

(Luci Ayala)

**Dentro da atual estrutura organizativa do PT, que espaço ocupa a questão educacional?**

A educação é uma das necessidades básicas da classe trabalhadora. Por isso nós, do PT, estamos preocupados tanto com o seu caráter elitista e excludente, quanto com os limites que o sistema coloca para que os trabalhadores tenham acesso à escola. Nessa linha é que o Partido deve estimular a formação de núcleos de professores petistas, como é o caso do Núcleo de Professores de Porto Alegre. Junto à Secretaria Geral da Executiva Estadual funciona a Comissão de Educação do Partido.

**Que tipo de trabalho tem sido desenvolvido pela Comissão de Educação?**

A Comissão de Educação está preocupada em estimular o debate junto às bases do Partido para o desenvolvimento de uma política educacional coerente com os pontos básicos do nosso programa. Estamos propondo, através de textos já encaminhados aos diretórios e núcleos de base, o debate para elaboração dos pontos básicos para o funcionamento de um sistema de ensino voltado para os interesses dos trabalhadores. Encaminhamos também a discussão para que o partido assuma efetivamente a luta contra as taxas cobradas nas escolas públicas e pelo ensino gratuito em todos os níveis. No Encontro do PT sobre a questão da Mulher, recentemente realizado aqui, foi apontada a necessidade de iniciar um processo de discussão no partido sobre saúde, educação, nutrição, contracepção, reprodução, com a participação de pessoas dos núcleos e comissões, em especial a Comissão de Educação e o núcleo de professores — que possam reproduzir essas discussões nos diretórios municipais.

**O movimento dos professores está se articulando e propondo lutas a nível local, esta-**

## O PT e a educação



**O professor José Clóvis de Azevedo, militante da categoria, membro do Diretório e da Comissão de Educação do PT no Rio Grande do Sul, fala das propostas do partido para a educação e avalia o movimento dos professores no estado.**

**dual e nacional. Como os professores petistas se situam frente a este movimento?**

O que está acontecendo é que o PT tem uma grande aceitação frente ao magistério de todos os níveis. Entretanto, o que se percebe é que há uma desarticulação dos professores petistas. Não existe uma intervenção mais centralizada, o que diminui a força da intervenção dos companheiros. Para responder este problema é que estamos propondo a realização de encontros de professores petistas, onde poderemos começar a definir uma intervenção mais articulada dos militantes. Já está sendo convocado pelo Diretório Nacional, um encontro nacional de professores do PT para o mês e abril, o que reforça o reconheci-

mento de que esta é uma necessidade sentida pelo conjunto. Há cerca de um ano já foi realizado um encontro aqui no estado, e um outro será realizado antes do nacional. Com isso pretendemos avançar na construção de uma tendência classista no interior da categoria, única forma de garantir seu avanço organizativo, a combatividade nas lutas e a democracia do movimento.

**Em pleno período de férias observa-se um debate acirrado entre os professores através de sua entidade — o CPERS — com o governador Amaral de Souza. Os dois lados alegam que sua preocupação é com o cumprimento do acordo firmado em fins de 80, o que**

**encerrou a greve de aproximadamente um mês dos professores públicos do RS. O que você, que foi uma das lideranças daquela greve, que realizou assembléias de até 17.000 professores, pode nos dizer sobre este impasse? Qual sua avaliação e as perspectivas para março?**

O impasse criado entre o magistério gaúcho e o governo do estado está subordinado a dois problemas básicos. O primeiro é com a forma com que o regime militar e seus agentes procuram, com todos os instrumentos possíveis, abafar as reivindicações da classe trabalhadora. No nosso caso a situação não é diferente. Depois que a categoria realizou uma greve com grande mobilização e com o apoio de toda a comunidade foi concretizado um acordo que agora o governo nega-se a cumprir, apostando, por certo, nos mecanismos de pressão e repressão de que dispõe.

A segunda questão é o encaminhamento dado pela direção do movimento na época. Mais preocupado em encerrar a greve, o Comando de Greve assinou um acordo repleto de ambiguidades, que hoje é explorado pelo oportunismo e a má-fé do governo. Fica aí a lição. É evidente que se a categoria tivesse discutido o Acordo ele não teria sido firmado nestes termos. O governo alega que só cumprirá o pagamento de 2,5 salários como básico a partir de janeiro/82 se o professorado aceitar a reformulação do plano de carreira o que implica no achatamento salarial dos níveis superiores. E aí está a responsabilidade daquela direção que, ao invés de discutir com a categoria, preferiu os acertos de gabinete com os representantes da ditadura. Mas neste momento, o fundamental é continuar a organização e a mobilização da categoria pois, só a pressão do movimento poderá obrigar o governo a cumprir o acordo integralmente. É bem possível que iniciamos o ano em greve.



## Espirito Santo/Minas Greve na Cimetal

Três meses de salários atrasados colocam novamente em greve metalúrgicos de dois estados

Por Jô Amado

Em Barão de Cocais, no interior de MG, 13 mil operários da matriz da CIMETAL, prosseguem sua greve julgada legal pelo TRT. O Sindicato está pedindo apoio de toda a população. Curiosamente, a CIMETAL que deve 180 milhões em salários, foi flagrada solicitando autorização para enviar US\$ 315 mil para a Miller Company, para quem exporta e ainda tentando depositar US\$ 48 mil no Hartford Bank. A firma tenta burlar a legislação trabalhista, que ordena prioridade ao pagamento de salários no caso de falência, raspando o que restou no fundo do cofre.

O Sindicato está procurando condenar a Cimetal a pagar judicialmente os salários em atraso desde novembro, mediante leilão de bens da empresa.

### Espirito Santo

No pequeno município de Ibi-raçu, no Espírito Santo, mais especificamente na cidade de João Neiva, a Cimetal Siderurgia S/A, principal indústria do município, não paga aos seus 250 empregados desde novembro. Os armazéns de João Neiva suspenderam o tradicional costume de vender fiado quando se aperceberam da decisão da usina Cimetal em não pagar os operários.

Já em dezembro, os metalúrgicos da Cimetal haviam che-

gado à conclusão de que dificilmente iriam conseguir receber os seus salários na base da boa vontade. Por isso, no dia 22 de dezembro, os operários pararam os dois fornos da fábrica, exigindo uma solução imediata. Na tarde do mesmo dia 22, Alfredo Bento Cristo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e uma das vedetes "trabalhistas" do PMDB, compareceu à usina e advertiu os operários sobre a greve: "Se vocês não limparem os fornos e abafarem, a greve será ilegal, e aí os patrões podem até chamar a polícia contra vocês...".

Confiando na experiência e interesse do seu Sindicato, os trabalhadores limpam os fornos e os abafaram. A empresa, à beira da falência e sem condições de investir, não queria outra coisa. "Se sair o dinheiro, vocês se comprometem a voltar ao serviço, certo?" combinou Bento Cristo com os metalúrgicos da Cimetal. Até a última semana de dezembro, em resultado das negociações do Sindicato e da empresa, saiu uma primeira parcela do 13%; no dia 4 de janeiro, saiu a segunda. No dia 5, Bento Cristo reuniu os operários e disse: "Agora quero ver se vocês são mesmo homens de palavra. Vocês disseram que se o pagamento saísse, voltariam ao trabalho. Então está na hora de voltar."

Os meses de novembro e dezembro ainda não haviam sido pagos. As contas de arma-

zém, de 30, de 40 mil, não eram do pelego, e sim dos operários. Assim mesmo, ainda esperançosos em que o Sindicato resolvesse o seu problema, os metalúrgicos voltaram ao trabalho. Um dos fornos já foi reativado. Cerca de duas toneladas de ferro estão saindo diariamente da fábrica. Mas o pagamento não sai.

No dia 15 de janeiro, o sr. Mateus, superintendente geral da Cimetal, chamou uma comissão de operários e participou que, até dia 30, deverá sair o pagamento — do mês de novembro. A revolta foi grande e novamente foi exigida a mediação do Sindicato. No dia 16, Bento Cristo foi lá. Distribuiu um panfleto em que, além de anunciar a solidariedade do Sindicato com os trabalhadores, anunciava "medidas enérgicas" em relação à situação. De concreto, porém, a única "medida enérgica" anunciada no panfleto é a convocação de uma assembléia dos metalúrgicos da Cimetal. Para o dia 26 de janeiro!

Os metalúrgicos da Cimetal já perderam completamente a confiança que inicialmente depositavam no seu Sindicato. "A gente estava esperando que ele nos desse uma força, mas o que ele está fazendo é defender os interesses da empresa", declarou um operário. "Agora, o único jeito é partir pra greve de novo, mas desta vez vai ser como a gente quer, e não como o Sindicato quer".

## Criciúma/Santa Catarina Mineiros prometem derrubar pelego

Nos dias 5 e 6 de março, os trabalhadores nas Indústrias de Extração de Carvão de Rio Maina (distrito de Criciúma), vão às urnas, com grandes chances de que a chapa 2, de oposição à atual diretoria chegue lá.

Este sindicato, aliás, tem uma história bastante curiosa. Surgiu a partir da divisão do Sindicato dos Mineiros de Criciúma em dois, ou seja, criou-se um novo Sindicato em Rio Maina, que é um distrito do município de Criciúma. Curiosamente, esta divisão, que é claramente ilegal pois a CLT não permite mais de um

sindicato da mesma categoria num mesmo município, foi homologada na década de 60 pelo então ministro do Trabalho Franco Montoro, com um objetivo claro: desarticular os comandos de greve e a enorme combatividade dos mineiros de Criciúma e Içara. Esta divisão facilitou em muito o trabalho dos pelegos e dos interventores, mas não acabou com a combatividade e tradição de luta dos mineiros.

Os mineiros, aliás, são a categoria cujas condições de trabalho são as piores possíveis e, por isso mesmo, possuem uma larga trajetória de lutas por todo o país. Agora, com a crise de energia, o trabalho dos mineiros de

## BASTA DE EXPLORAÇÃO! CHAPA 2

**POR UM SINDICATO LIVRE E AUTÊNTICO. PELA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. ESTABILIDADE NO EMPREGO. REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.**

**POR UM SALÁRIO REAL E UNIFICADO. PGT. 100% HORAS EXTRAS. PELO DIREITO DE GREVE.**

ELEIÇÃO SINDICAL 5/6 DE MARÇO.

SIND. TRAB. IND. EXT. CARVÃO RIO MAINA - CRICIÚMA-SC.



carvão passa a ser muito valorizado, aumentando em muito o seu poder de barganha. Seguindo a tradição das chapas de oposição sindical, a chapa 2 empunha como principais bandeiras a luta pelo sindicato livre e autêntico; pela Central Única dos Trabalhadores; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho; salário real e unificado; direito de greve e segurança no trabalho.

A oposição é presidida por João Alves, conta com a participação de dois militantes do PT e o apoio da Pastoral Operária e de diversas entidades democráticas da região.

Todo apoio aos mineiros de Criciúma!

## Ronda Alta/RS Covarde agressão

Depois de fracassar as manobras do Cel. Curió para liquidar com o movimento dos Agricultores Sem Terra de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, o governo muda sua tática. No dia 4 de fevereiro, uma Comissão dos acampados esteve em Porto Alegre denunciando o ocorrido na terça-feira, dia 2 de fevereiro, no acampamento.

Há muito tempo os colonos são assediados por policiais que buscam descobrir as "infiltrações de agitadores e subversivos", entre os colonos. Primeiro, conseguiram afastar os religiosos que davam assistência aos sem-terra, com a cumplicidade do novo arcebispo Cláudio Colling. Mais recentemente, começaram as proibições do uso do açude próximo para lavar roupa e banho e o uso de um bosque para o abastecimento de lenha.

Agora, mais um golpe. A parada de ônibus existente há quarenta anos na encruzilhada foi alterada para uma distância de dois quilômetros. O mais gritante, é que a parada mudou apenas para os colonos. Para os brigadianos da PM gaúcha, o ônibus continua parando no mesmo lugar de sempre. Dia 2 de fevereiro, os agricultores sem-terra reagiram a essas provocações. Como precisavam viajar mulheres e crianças pequenas, os colonos, pacificamente, fizeram uma barreira



Colonos de Ronda Alta: incansáveis na resistência

humana na estrada para que o ônibus fosse forçado a parar e as pessoas pudessem embarcar sem percorrer mais dois quilômetros.

Imediatamente, mais de vinte soldados e policiais começaram a bater com cassetetes, socos e pontapés. Até gás lacrimogêneo foi usado contra os agricultores, mulheres e crianças.

Após as denúncias feitas pela imprensa, o governo do Estado se justificou alegando a "ação de elementos estranhos junto aos acam-

pados" com o objetivo de "impedir o trânsito do ônibus que faz a linha Passo Fundo-Ronda Alta e para depredá-lo".

Apesar de tudo isso, os colonos de Encruzilhada Natalina ainda resistem em sua já histórica e heróica luta pelo direito ao trabalho e se preparam para o dia 23 de fevereiro, quando será realizada mais uma Romaria da Terra. Delegações de todo o Estado estarão presentes, levando solidariedade e apoio aos agricultores sem terra daquele município.

## Bancários de São Paulo Lição de democracia

Quando fechávamos esta edição, apenas uma dúvida assaltava os membros da chapa 1, "A LUTA CONTINUA", que concorre para a direção do Sindicato dos Bancários de S. Paulo: se haveria quórum suficiente para a abertura das urnas. Num total de 32 mil votantes, seriam necessários 22 mil votos para que o primeiro escrutínio fosse considerado válido pelo Ministério do Trabalho.

A dispersão da categoria (espalhada por um infindável número de agências e escritórios bancários em uma vasta região) e a pressão exercida por alguns bancos, ameaçavam a presença de 2/3 do colégio eleitoral nas urnas.

Por outro lado, apesar de todos considerarem garantida a vitória da chapa 1, um número menor de votantes que o esperado poderia fazer com que não fosse alcançados os 16.500 votos (50% + 1 do colégio eleitoral) pela chapa considerada favorita. Assim, mesmo que fosse alcançado o quórum eleitoral exi-

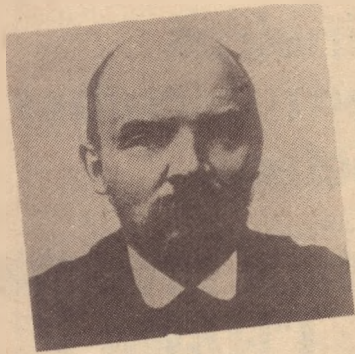
gido por lei, haveria alguma possibilidade de um 2º escrutínio.

Mesmo assim, vários bancários consideravam com bastante unanimidade uma vitória o processo eleitoral ter sido conduzido da forma como foi até agora. Apesar de denúncias e algumas calúnias, não assistimos às brigas e conflitos como os que marcaram as eleições de S. Paulo e até mesmo de S. Bernardo. A turma do HP esteve mais comportada (dizem que por pressão explícita do PC) e a máquina sindical foi ao máximo neutralizada, servindo essencialmente como organizadora do processo eleitoral. Acima de tudo, prevaleceu a democracia sindical de base, tendo sido fornecido lista de votantes a todas as chapas concorrentes e havendo sempre espaço para todas as chapas nos murais e na imprensa do Sindicato.

No final desta semana, serão conhecidos os resultados definitivos.

(J.N.)





“O povo pede batatas e não uma Constituição” A frase foi dita no início do século XX na Rússia e resume o pensamento de uma corrente que relutava em aceitar o envolvimento dos operários na política. Pensamento que teve o mais vivo contestador em Lênin e que merece ser recordado agora quando o PT discute a sua plataforma para as eleições de 82.

Por João Machado

“o povo pede batatas, e não uma Constituição!”. Esta frase dita no início do século por um “economista” (ou “economicista”) russo tornou-se extremamente atual: na última reunião do Diretório Nacional do PT, realizada em Brasília, o companheiro Djalma Bom, presidente do PT paulista, disse quase a mesma coisa em meio aos debates sobre a plataforma eleitoral do partido: “O povo hoje está interessado é em bico de luz, e não em Constituinte”.

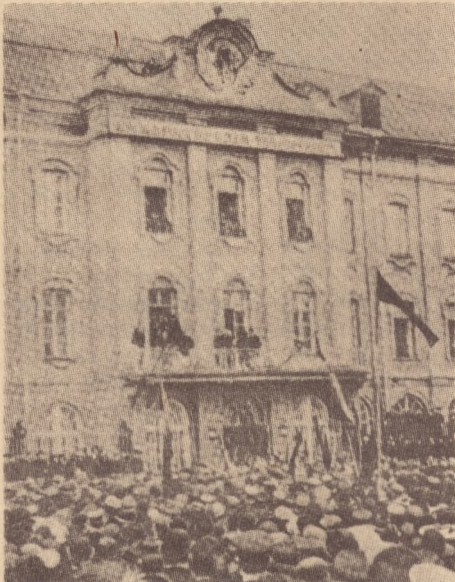
Esta frase resume de modo perfeito uma das características desta velha tendência que costuma se introduzir no movimento operário (o “economismo”). Os trabalhadores, ou o povo em geral, só seriam capazes de levar a cabo as lutas mais imediatas, que dizem respeito diretamente às suas condições de vida. A ditadura, nesta ordem de pensamentos, é vista como “uma coisa muito abstrata” (frase dita por um petista, ao defender a proposta de plataforma nacional recentemente aprovada em São Paulo; ver ET n.º 143). “Os trabalhadores devem lutar sabendo que o fazem não para vagas gerações futuras, mas para eles mesmos e para seus filhos” — como dizia um “economista” russo no início do século.

Uma segunda característica do “economismo” é a concepção de que, para evitar táticas artificiais para o movimento, é necessário adotar uma tática que “é o processo de crescimento das tarefas do partido que crescem ao mesmo tempo que ele”, “o político segue sempre docilmente o econômico” (dito no início do século). Ou seja, no lugar de um plano para intervir vigorosamente na cena política, para procurar mobilizar e influir sobre ela, deve-se apenas acompanhar as tarefas que o próprio movimento coloca como imediatas.

**“É desejável a luta que é possível, é possível a luta que se trava no presente momento”. Assim, dizia Lênin, estaremos sempre a reboque do movimento o que será inútil e nocivo.**

Uma terceira característica é um obreirismo anti-intelectual. Como o velho “economismo” dizia: “o movimento operário deve a sua vitalidade ao fato de que o próprio operário se encarrega enfim da sua sorte, que ele arrancou das mãos de seus dirigentes”; “é necessário pôr no primeiro plano não a ‘nata’ dos operários, mas o operário ‘médio’, o operário de base” (ou seja, o operário que não entende a política).

Na Rússia, o desenvolvimento desta corrente teve a ver sobretudo com uma extensão do movimento operário ao mesmo tempo em que a continuidade da sua experiência e da sua formação política era cortada a todo momento pelas batidas da polícia, que mandava os revolucionários para a Sibéria. A extensão do movimento se fazia então acompanhada



1905 confirma Lênin: em outubro uma greve política nacional varre a Rússia

da sua fragmentação; eram constantemente reproduzidos círculos de ativistas localmente isolados. Tanto os novos elementos de origem intelectual quanto os de origem operária tinham um nível de experiência política mais baixo.

Com isso, produzia-se uma tendência espontânea a subestimar a importância da luta política mais geral contra a autocracia, da luta pelo socialismo, da compreensão teórica da exploração capitalista e da necessidade da sua superação. Mas esta tendência “economista” não era puramente espontânea: combinava-se com a concepção de que, no plano político, os trabalhadores não tinham mais nada a fazer a não ser apoiar os liberais. Como disse um dos documentos que mais claramente resumiu estas idéias:

“Para um marxista russo, há apenas uma saída: participar, isto é, contribuir para a luta econômica do proletariado e tomar parte na atividade da oposição liberal”.

Na verdade, deixando de ter uma participação própria, independente, na luta política contra a autocracia czarista, o proletariado deixava o caminho aberto para um apoio aos liberais — o que logo foi teorizado pela ala oportunista dos marxistas da época. A “pureza operária” dos economistas levava diretamente a um compromisso com a burguesia.

A crítica realizada por Lênin na época conserva todo o seu interesse.

O primeiro aspecto da crítica é sublinhar como estas idéias são reboquistas, como acentuam o atraso do movimento, e como o reduzem a um simples movimento por reformas. Lênin resume da seguinte maneira esta característica do “economismo”: “é desejável a luta que é possível, é possível a luta que se trava no presente momento”. Com uma concepção deste tipo, com um “culto servil da espontaneidade”, estaremos seguramente a reboque do movimento, o que “no melhor dos casos será inútil, e no pior dos

casos, extremamente nocivo ao movimento”.

Um segundo aspecto da crítica é o de salientar que no fundo, o “economismo” deixa o campo da grande política para ser ocupado exclusivamente pela burguesia, e leva a que os trabalhadores continuem sob a influência preponderante das ideologias burguesas. Para evitar isto só há um caminho: o de procurar levar ao campo da política uma posição independente dos trabalhadores, e o de procurar difundir a consciência da oposição total de interesses entre os trabalhadores e a sociedade capitalista: o que exige uma intensa politização do movimento.

**Os trabalhadores não se interessam apenas por salários e férias. A opressão política, a violência policial atingem de maneira tão ou mais viva os trabalhadores e todo o povo.**

Mas um outro aspecto da crítica ao “economismo” é que ele é totalmente ineficaz, inclusive diante dos estreitos objetivos que se propõe. Supostamente, as questões mais “imediatas” das reivindicações puramente econômicas atingiriam mais os trabalhadores. Na verdade, a coisa é bem diferente: a opressão política, a opressão policial, despertam uma profunda indignação, e atingem de maneira tão ou mais viva os trabalhadores e todo o povo. Os trabalhadores não se interessam apenas por “salários e férias”, dizia Lênin. Deixar de dar toda a ênfase necessária à luta contra esta opressão, centrada na ditadura, é reforçar enormemente a oposição liberal — que não fará a bobagem de deixar de atacar a ditadura.

A tendência “economista” que cresce no PT hoje não leva imediatamente a um apoio à burguesia liberal. Tanto o sentimento fortemente classista da base do partido quanto a própria legislação eleitoral da ditadura impedem este curso.

Mas tem dois efeitos funestos. Por um lado, desarma totalmente o partido para a luta, dificulta que ele se fortaleça como um partido de intervenção. Neste momento em que uma coisa tão decisiva como a CUT está sendo construída, é fácil ver o desastre que significaria a ausência de uma intervenção organizada do PT: o bloco reformista-pelego poderá deitar e rolar. Infelizmente, é exatamente o que está acontecendo no momento: o PT ainda não superou a concepção de que deve simplesmente ser “a expressão dos movimentos sociais”, isto é, a concepção de que não deve procurar impulsioná-los e dirigi-los, que deve se contentar em ir a reboque. Esta concepção do PT como “expressão política dos movimentos”, contraposta à idéia de um partido que intervém e organiza para a luta, é hoje a expressão mais clara do “economismo” presente no PT.

O segundo efeito funesto de uma

posição como a da proposta aprovada em São Paulo diz respeito diretamente às eleições. Em um momento como este, a questão central será, quer se queira quer não, a de estar a favor ou contra a ditadura, e a de qual proposta de governo se tem para oferecer. A questão do governo, neste momento, será muito mais concreta e viva do que a das batatas ou bicos de luz.

Se o PT cometer a insanidade de “esquecer” a questão da ditadura, considerando-a “muito abstrata”, ou dizendo que ela não está em causa por ora, não será seguido nisso por outros partidos, como por exemplo o PMDB. E estaremos diante de um absurdo: o PMDB poderá aparecer como opositor mais radical da ditadura, apesar da conciliação evidente dos Montoros da vida com o regime. Neste momento em que o PMDB se prepara para absorver o partido dos banqueiros, o PT tem tudo para se apresentar claramente nas eleições como o que é: o único partido que não concilia com a ditadura, que tem interesses fundamentalmente opostos aos seus, que se identifica de fato com os trabalhadores. Basta que se lembre que a ditadura existe.

Não é a toa que confusionistas a serviço do regime têm falado da possibilidade de os “pequenos partidos” (entre eles o PT) virem a se aliar ao PDS: o regime tem todo o interesse em desmoralizar o PT. Mas o PT tem todo o interesse em desfazer as confusões criadas, e em dizer com toda a clareza que é o único partido que combate realmente a ditadura.

**Advogar a exclusividade das lutas econômicas hoje é desconhecer a experiência já realizada pelos trabalhadores que já mediram durante as greves a força da ditadura.**

Na Rússia do início do século, o “economismo” era uma tendência retrógrada, que pressionava o movimento para voltar por sobre passos já dados. No Brasil hoje, o moderno “economismo” não é menos retrógrado: desconhece a rica experiência já realizada pelos trabalhadores brasileiros, que nas greves aprenderam que não basta enfrentar os patrões, pois por trás deles está sempre a polícia da ditadura, seus ministérios, tribunais, etc. Desconhece o sentimento anti-ditadura que já em 1974 deu uma expressiva vitória eleitoral ao esquálido e aguado MDB. Desconhece toda a situação objetiva, dá costas à realidade.

Do mesmo modo que o “economismo” russo, o brasileiro aproveita uma certa inexperiência do movimento operário para tentar fazê-lo engolir teorizações francamente ruins.

A nós cabe lutar para que nosso “economismo” seja enterrado como seu glúrio antecessor.





Ernest Mandel, dirigente da IV Internacional e teórico marxista de renome mundial, discute o conceito de revolução política nos países de regime burocrático. Um debate atual, quando mais uma vez o nome do socialismo é usado para justificar a repressão à classe operária na sua luta pelo exercício direto do poder.

Desde a revolta operária na República Democrática Alemã, em junho de 1953, passando pela revolução húngara de outubro/novembro de 1956 e pela Primavera de Praga em 1968, até o ascenso do movimento operário na Polônia em 1980/81, a IV Internacional esteve sempre, sem nenhuma hesitação nem reservas, ao lado do proletariado da Europa oriental na sua luta revolucionária anti-burocrática. Ela adotou a mesma atitude com respeito às lutas operárias na República Popular da China as quais, mesmo sem tomar rumos revolucionários, constituíram um importante desafio social e político à burocracia, tanto durante a "revolução" cultural de 1965, quanto a partir de 1976, depois da morte de Mao.

**Qualquer derrota da classe operária nos países sob o jugo da burocracia enfraquece o proletariado internacional e reforça o imperialismo.**

Esta orientação se inspira numa consideração estratégica de conjunto. Nós rejeitamos qualquer concepção que acaba reduzindo as lutas políticas a nível mundial à oposição entre dois campos de Estados ou entre duas alianças militares, nas quais se integrariam as lutas de classes como um elemento secundário ou subordinado.

É verdade que existem dois campos a nível mundial: o campo da classe operária e o da burguesia, no meio dos quais situa-se a burocracia, usurpadora do poder operário na URSS, dispondo de uma certa autonomia. Quando ela golpeia o imperialismo — e o faz às vezes, para defender seu poder e seus privilégios — acaba reforçando a classe operária internacional, mesmo que não o queira. Quando, por outro lado, ela golpeia a classe operária, como acaba de fazer na Polônia, a burocracia reforça concretamente a burguesia internacional.

Se o atraso da vitória revolucionária nos países industrializados fragmentou o processo concreto da revolução mundial em três setores com tarefas estratégicas diferentes — os países industrializados, os do dito Terceiro Mundo e os Estados operários — a revolução mundial ainda conserva sua unidade, em função da comunidade de interesses dos trabalhadores do mundo inteiro.

Nesse sentido, qualquer vitória da classe operária da Europa oriental, da URSS ou da China contra a burocracia, acaba reforçando o proletariado internacional e enfraquecendo o imperialismo. Assim como qualquer derrota da classe operária nesses países sob o jugo da burocracia, enfraquece o proletariado internacional e reforça o imperialismo.

A luta de classes já há muito tornou-se internacional. O imperialismo, a burgue-

sia internacional, tem objetivos claros a nível mundial, os quais procuram cumprir de maneira inteligente e decidida. Se, para fraseando Marx, a classe operária não conseguir opor à política externa da burguesia sua própria política internacional, acaba correndo riscos de derrotas vitais.

Contrariamente ao mito — que tanto a burocracia quanto a burguesia difundem — não existe em nenhum lugar do mundo os chamados "países socialistas", isto é, sociedades sem classes no sentido que Marx e Lênin haviam dado à palavra **socialismo**. Em todos os países tratados como "socialistas", o que existe são sociedades de transição entre o capitalismo e o socialismo, "congelados" pela ditadura burocrática, no meio do caminho entre um e outro. A revolta operária massiva contra um poder que se intitula abusivamente "socialista", revela definitivamente a falência desse poder. Mas não implica de nenhuma maneira na falência do marxismo ou do socialismo. Trata-se da falência da usurpação burocrática do poder nesta sociedade pós-capitalista.

Os objetivos da revolução política antiburocrática — tal como a IV Internacional sempre analisou e detalhou teoricamente no seu **Programa de Transição** de 1938, na sua resolução sobre o declínio do stalinismo (1957), e nas suas teses sobre a **Ditadura do Proletariado e a democracia socialista** (1979) — foram amplamente confirmadas pela experiência prática. Foram aliás com os mesmos objetivos que lutaram os trabalhadores húngaros em revolta em 1956, os trabalhadores tchecoslovacos em 1968/69 e os trabalhadores poloneses em 1980/81.

**Não há melhor indício da falência da construção do socialismo que o reforço a longo prazo dos aparelhos de Estado.**

Estes objetivos se articulam em torno de duas idéias centrais, indissoluvelmente unidas. A **defesa da autogestão operária democraticamente centralizada**, isto é, a gestão da economia pela classe operária no seu conjunto, baseada nos valores centrais de igualdade, solidariedade e na maior plenitude da pessoa humana para todos os homens e mulheres, que sem dúvida nenhuma corresponde aos interesses das massas trabalhadoras. Uma economia assim, na qual os próprios trabalhadores determinam as prioridades da produção e de consumo e a organização do trabalho, se opõe tanto ao centralismo burocrático quanto ao reino do mercado, que são dois aspectos diferentes de uma mesma subordinação dos trabalhadores a forças externas e incontroláveis, isto é, uma mesma negação à verdadeira emancipação.

A segunda idéia é a da **democracia**

**socialista autêntica** com a eliminação de todo monopólio do poder das mãos de um partido único, de um partido-Estado ou de uma "frente"-Estado. As mais amplas liberdades democráticas para as massas trabalhadoras: liberdade de imprensa, de associação, de manifestação e de greve, independência dos sindicatos com relação ao Estado, pluralidade de partidos políticos, livre acesso sem censura de qualquer grupo de trabalhadores às gráficas, à rádio, à televisão, à cultura, às escolas, a todas as informações.



Estátua de Stalin demolida pelos trabalhadores em 1956 na Hungria

Estas duas idéias têm uma mesma e única raiz, presente no marxismo revolucionário e presente no **Estado e a Revolução** de Lênin: a construção da sociedade socialista, que é o controle progressivo e total da vida econômica, política e social **pela sociedade em seu conjunto**, sua socialização progressiva e a eliminação gradual do Estado. Não há melhor indício da falência da construção do socialismo que o reforço a longo prazo do Estado que é e sempre será uma somatória de aparelhos, isto é, de grupos especiais de homens e de mulheres se apropriando do exercício de funções, das quais são excluídos o conjunto da sociedade.

Estas duas idéias desembocam numa mesma e única solução: **todo o poder aos conselhos dos trabalhadores e conselhos populares democraticamente centralizados**. A particularidade dos conselhos operários e populares é que eles são órgãos do Estado e exercem funções repressivas contra o inimigo de classe, sendo também órgãos que refletem a eliminação progressiva do Estado, fundindo-se gradualmente com a massa da população no exercício do poder.

Eis o socialismo que queremos. Eis o socialismo que os trabalhadores da

Primavera de Praga, do Solidariedade, haviam começado a conceber e a construir.

Se a falência do stalinismo salta aos olhos de todos após o golpe militar de Jaruzelski, sucedendo a tantas outras bancarrotas e milhares de crimes, a falência do reformismo é quase tão espetacular quanto esta.

Não esqueçamos jamais que a crise em que vivemos desde 1914 é uma crise mundial. Historicamente os crimes do imperialismo, as consequências desastrosas da sobrevivência do capitalismo são ainda mais graves que os crimes e as consequências desastrosas das ditaduras burocráticas.

**Por mais impressionante que seja, não basta a espontaneidade operária. É necessário construir partidos operários e uma internacional de massas.**

É necessário lembrar que atualmente existem quase trinta milhões de desempregados nos países imperialistas; que mais de cem milhões de seres humanos lá são enclausurados em verdadeiros guetos de miséria e de degradação da vida humana; que nos países ditos do "terceiro mundo", mais de trinta milhões de crianças morrem anualmente de fome; que centenas de milhões de seres humanos vivem sob extremas condições de miséria e de desumanização. É necessário lembrar também que, em mais de cinquenta países capitalistas, existe uma tortura realmente atroz.

O reformismo social-democrata abandonou já há muito tempo qualquer tipo de esforço para suprimir o regime capitalista responsável por estas abominações. Ele se contenta em suavizar um pouco as consequências mais bárbaras. Mas mesmo este projeto cai por água abaixo quando há um agravamento na crise do sistema, como ocorre atualmente.

Face à crise conjunta do capitalismo e das ditaduras burocráticas, face à falência conjunta do reformismo e do stalinismo, o nosso projeto revolucionário, de luta pelo poder democrático dos trabalhadores, pela Federação Socialista Mundial, é o único capaz de resolver os problemas da nossa época.

Os acontecimentos da Polônia como os de tantos outros países confirmaram que para que este projeto — portador de todas as esperanças do futuro da humanidade — se realize, a espontaneidade operária, por mais impressionante que ela seja, não basta. Face aos inimigos que querem defender com unhas e dentes seus privilégios, será necessária uma vanguarda organizada e lúcida, fazendo parte da classe operária, guiando-a na conquista do poder. Será necessária a construção de partidos, revolucionários e de uma internacional operária de massas!



# AMÉRICA DIAS DECISIVOS

As pressões e ameaças de invasão militar na América Central aumentaram nos últimos dias. O alvo principal é Cuba. Parece iminente uma ação imperialista contra a ilha revolucionária.

Os EUA responsabilizam Fidel Castro pelos avanços das forças insurgentes em El Salvador e Guatemala e preparam uma farsa diplomática para justificar a invasão. Os revolucionários do mundo inteiro devem se pôr de pé para denunciar a e repelir a agressão.

Por Marcelo Zugadi

Quarta-feira, dia 27 de janeiro, uma hora da manhã. Cem guerrilheiros da FMLN, com foguetes antitanques e metralhadoras pesadas, atacam a base aérea de Ilopango. A base fica a poucos quilômetros da capital, San Salvador. É a mais importante do país porque aí estão estacionados os helicópteros Huey e os aviões de combate fornecidos aos militares salvadorenos pelo governo dos EUA.

Trata-se da mais importante operação militar da guerrilha desde a ofensiva geral de começo de 1981: 28 unidades, entre helicópteros e aviões foram totalmente destruídos!

Ao mesmo tempo, os comandantes da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional enviam um documento a Reagan propondo "negociações sem condições".

As forças revolucionárias acabam de dar um golpe mortal à estratégia norte-americana. Não só é impossível utilizar a farsa eleitoral para mostrar ao mundo que El Salvador está "voltando à normalidade"; agora é imprescindível aumentar urgentemente a ajuda militar e considerar a intervenção direta como uma questão inadiável.

Reagan se apressou a falar perante o Congresso, informando que o governo militar-democrata cristão "está realizando es-

forços para respeitar os direitos humanos" e pedindo a aprovação de um empréstimo extraordinário para substituir imediatamente os helicópteros e aviões destruídos. Mas, no mesmo momento, a Associação Norte-americana de Direitos Humanos denunciava um massacre de mil civis pelas forças armadas. Refletindo a oposição do povo norte-americano à escalada militar e a falta de confiança da burguesia nos planos de Reagan, os dois principais jornais dos EUA publicaram denúncias irrefutáveis sobre o massacre e três deputados democratas apresentaram uma moção declarando "sem validade" as afirmações de Reagan e rejeitando a proposta de novos empréstimos.

O cow-boy triunfalista teve que recorrer apressadamente ao Fundo Militar de Emergência da Presidência da República para obter os 55 milhões de dólares e poder substituir os aparelhos destruídos pelos revolucionários.

O secretário de Estado Tomas Enders justificou a medida alegando que "nossos interesses de segurança nacional estão sendo desafiados na América Central". Segundo ele, em El Salvador "se trava atualmente a batalha decisiva pela América Central".

## O impasse ianque

A crescente oposição no Con-

gresso à continuidade dos empréstimos e ajuda militar ao governo de Napoleon Duarte (Haig pediu que a ajuda seja triplicada, passando dos atuais 113 milhões de dólares a 300 milhões), assim como a campanha que o *New York Times* e o *Washington Post* fizeram em torno ao último grande massacre são expressão direta da certeza que vai se afirmando na cabeça dos dirigentes norte-americanos: a junta militar democrata-cristã é incapaz de vencer os guerrilheiros da FMLN. O governo ianque só tem duas alternativas: negociar com o FDR-FMLN ou se engajar numa intervenção direta que fará da América Central um novo e incomparavelmente maior Vietnam.

As medidas adotadas por Reagan logo depois do ataque à base de Ilopango e as históricas declarações de Haig mostram que a decisão deles já está tomada. A resposta do Congresso e a grande imprensa isolaram Reagan colocando os termos nos quais vai se desenvolver esta guerra.

Daí as pressões sobre os governos aliados da cruzada reaganista na América Latina — Argentina à cabeça deles — para assumirem o envio imediato de tropas ao teatro da luta. Mas com isto Reagan só consegue que o conflito regional se internacionalize envolvendo toda a América Latina. Basta imaginar os militares ar-



Mapa mostrando as principais áreas controladas pela FMLN em novembro/dezembro de 1981.

gentinos levarem as suas "soluções" à América Central (ver Box) para intuir a crise que está se gestando no continente.

## Fracassa a ofensiva da Junta

Desde meados de 1981 e para viabilizar as "eleições democráticas em El Salvador" os ianques planejaram uma ofensiva sistemática das tropas governamentais visando quebrar a resistência da FMLN nas áreas libertadas, obrigar a guerrilha a concentrar esforços na defesa dessas zonas e impedir o movimento envolvente dos revolucionários sobre as cidades, criando assim o clima para realizar eleições com um mínimo de "credibilidade".

O resultado foi um completo fracasso. Para dar apenas um exemplo: os ataques repetidos

(que não pouparam meios como napalm) contra a base da FMLN num vulcão a 17 quilômetros da capital do país, não conseguiram fazer com que os revolucionários abandonassem o lugar, militarmente estratégico e de um valor político decisivo: os observadores estrangeiros (nem falar do povo) das eleições poderão ver a partir das ruas de San Salvador os guerrilheiros se movimentarem na base.

Nos ataques às outras zonas libertadas (ver plano) o sucesso não foi maior. Os soldados do governo não podem combater mais de três dias seguidos — tal é o grau de desmoralização — e precisam ser substituídos provocando insolúveis problemas táticos e logísticos.

Os ataques foram planejados para se cumprirem em 72 horas, o que exige ações indiscriminadas

## DENÚNCIA

Uma rede de televisão norte-americana traz a público os bastidores dos acordos de Reagan com o governo argentino visando uma intervenção na América Central.

Uma rede de televisão norte-americana informou no dia 4 de fevereiro que o governo Reagan tinha proposto à Argentina o envio de tropas à Nicarágua para agir de modo irregular.

Segundo a rede ABC, se trataria de infiltrar no território nicaraguense mercenários das forças armadas argentinas agindo como civis, com o objetivo de "obstruir o fluxo de armas de Cuba para a Nicarágua" e daí para El Salvador.

Na verdade, a operação visaria desestabilizar o governo da Frente Sandinista. Os comandos teriam como objetivo a sabotagem e incursões contra a população civil nicaraguense. A história do "fluxo de armas" é simplesmente uma fumaça para disfarçar a intervenção.

O chanceler nicaraguense Miguel D'Escoto afirmou não ter provas do plano argentino, "mas não ficaria surpreendido" se a denúncia se confirmasse. Um congressista norte-americano não identificado disse que "na verdade a notícia é incorreta, porque os argentinos se ofereceram para fazer isso e já estão na Nicarágua".

O governo argentino desmentiu a versão e o ministro das Relações Exteriores, Nicanor Costa Mendez, disse que "neste momento a Argentina não tem razão para intervir nos problemas internos das repúblicas centro-americanas". As declarações do ministro atendem mais aos problemas internos do governo argentino que as intenções da Galtieri. Como se sabe, o presidente militar declarou repetidamente a sua disposição de se engajar na intervenção em El Salvador.

## Bloqueio a Cuba e Nicarágua

A Nicarágua denunciou no mês passado que militares argentinos estavam envolvidos na manipulação de ex-somozistas radicados em Honduras. Segundo o chanceler D'Escoto, o general Alberto Valim e o coronel Mario Davico, do exército argentino, financiaram com 50 mil dólares e instruíram somozistas para a luta armada contra a Nicarágua.

Apesar do governo argentino negar todas as denúncias o jornal *La*

*Prensa* afirma que "se acredita que 20 a 30 especialistas argentinos foram enviados a El Salvador". *La Prensa* acrescenta que as forças armadas estariam "dispostas a participar, não de um intervenção militar direta nesse país, mas sim de um bloqueio da Nicarágua e Cuba, ao lado dos EUA".

Já *La Nación*, em artigo editorial, adverte que "a singularidade do caso nicaraguense não deve se deixar embulhar pela polêmica acerca do princípio institucional panamericano da não intervenção". *La Nación* vai além ao dizer que os EUA não podem permitir que na América Central aconteça como em Cuba, afirmando que "na falta de sua decisão (dos EUA) está o peso das demais nações americanas que não vão ceder diante da subversão".

Não há dúvida que os mercenários argentinos colaborarão com a intervenção na América Central se essa for a decisão final de Reagan. Mas também não se pode ter dúvidas de que para cada militar argentino haverá mil revolucionários argentinos e 10 mil latino-americanos dispostos a entregar seu sangue em defesa da revolução ameaçada.

## Manifesto da FMLN

As eleições de março de 1982 são uma falsificação que não terá êxito. Seu objetivo único é acobertar a escalada intervencionista ianque que está se realizando contra o povo salvadorenho desde janeiro de 1981, para manter no poder a minoria que o oprimiu e explorou. Em El Salvador não há solução sem o povo. Muito menos pode havê-la contra o povo. Se houver um aumento da intervenção militar norte-americana, direta ou indireta, o conflito armado salvadorenho, certamente se regionalizará.

1 - Nossa absoluta e decidida rejeição à farsa eleitoral que a Junta militar democrata-cristã e seus amos do governo norte-americano têm organizado com o propósito de impôr ao povo uma falsa "Assembleia Constituinte" que seria o símbolo da mais desavergonhada falsificação

2 - Que enquanto exista a ditadura dos fascistas e vende pátrias e se continue a impôr o terror e o genocídio, manteremos firme a nossa decisão de combater com as armas nas mãos, antes, durante e depois das eleições, até conquistar a paz e estabelecer a democracia.

3 - Reiteramos a nossa disposição para encontrar uma solução política que possibilite a superação do conflito armado, através de uma negociação para alcançar uma paz justa. A FMLN informa a nosso povo e a todos os povos do mundo que tem preparados seus pontos de vista básicos para iniciar a qualquer momento um diálogo com todas as forças interessadas, o qual conduza a uma negociação e a uma solução real e verdadeira

**UNIDOS PARA COMBATER ATÉ A VITÓRIA FINAL. REVOLUÇÃO OU MORTE. VENCEREMOS!**

German Cienfuegos, Marcial, Roberto Roca, Schafik Jorge Nandal, Joaquin Villalobos.

20 de dezembro de 1981.



# CENTRAL PARA A REVOLUÇÃO

nas quais o altíssimo poder de fogo se descarrega sobre a população civil sem atingir as forças guerrilheiras, que se limitam a combates de surpresa e despitamento, recuando durante os ataques para voltar a ocupar os postos quando as tropas se retiram.

## Crescem as bases da guerrilha

A violência sobre a população civil isola mais e mais o governo enquanto que os comandantes da FMLN explicam que não vão além das forças combatentes que já têm por falta de armas, pois no campo e nas cidades a população já vê a guerrilha como a única alternativa e se soma a ela.

Em meio à maior ofensiva militar já lançada pelo governo, a FMLN atingiu objetivos militares como a destruição da Ponte de Ouro, a maior da América Central e vital para as comunicações do país. Segundo informa a Rádio Venceremos, da FMLN, nos oito primeiros meses de 1981 a guerrilha causou 2147 baixas (mortos e feridos) nas tropas governamentais. Entre agosto e setembro passados foram destruídas 140 linhas de alta tensão, provocando perdas nas empresas de um milhão de dólares semanais.

Durante novembro, segundo a SALPRESS, a FMLN causou 343 baixas ao inimigo e em dezembro, no ponto mais alto da contra ofensiva do governo, a FMLN operava em 12 das 14 províncias do país.

No início de dezembro, o governo lançou uma operação especial, chamada "Martelo e Bigorna" composta por quatro mil homens. A operação utilizou aviões e helicópteros ianques e foi dirigida pelos "assessores" enviados por Reagan. "Martelo e Bigorna" visava recuperar para o governo a "área libertada" na província de Morazán.

A FMLN respondeu com uma contra ofensiva em seis províncias, para evitar a concentração sobre Morazán. Houve grandes enfrentamentos em Guazapa, San Salvador, Suchitoto, San Miguel e Usulután.

Ao final, do ano, a ofensiva recomeçou, desta vez com a participação de tropas de Honduras e apoio aéreo da Guatemala. O governo anunciou a vitória, a retirada dos guerrilheiros de Morazán e a queda da Rádio Venceremos. Porém, pouco depois se soube que a FMLN tinha mantido as posições e a rádio continuou transmitindo logo depois. A FMLN acabou o ano fazendo voar a uma ponte que comunica El Salvador com a Guatemala e no primeiro dia de 1982 bombardeou instalações elétricas deixando todo país na escuridão.

## O cerco às cidades

Três dias depois do ataque à base aérea de Ilopango, a Rádio Venceremos anunciou uma nova ofensiva, na segunda-feira dia 1 de fevereiro. No dia 2, a FMLN atacou Usulután, a cem kms da capital e, no dia 3, San Miguel, a terceira cidade de El Salvador.

## GUATEMALA

### O mais importante país da América Central vive uma crise revolucionária

Com uma economia mais desenvolvida e reservas de petróleo, além de um território cinco vezes maior que El Salvador, e sete milhões de habitantes, a Guatemala é considerada pelo imperialismo como um limite intransponível para o processo revolucionário.

Reiteradas declarações de funcionários norte-americanos deixam claro que o império do norte considera uma questão de sobrevivência a manutenção da Guatemala sob controle. Já mostrou isso no passado, quando a CIA derrubou a Jacobo Arbenz, começando uma época de violência crescente.

A classe dominante, mais experiente e coesa que nos demais países da América Central, chegou ao ponto de ajudar financeiramente a campanha eleitoral de Reagan. Antes, tinha eliminado os "Napoleon Duarte" da Guatemala para evitar qualquer tentativa de "governo de centro".

A violência do regime é indiscriminada. A Amnesty Interna-

tional calcula em 20 mil os assassinatos políticos nos últimos dez anos. Nas últimas semanas, houve uma média de setenta assassinatos por dia.

Porém, as forças revolucionárias têm se desenvolvido muito no último ano e o governo militar — que também prepara uma farsa eleitoral para o próximo mês — começa a mostrar sinais de inquietação.

As eleições são uma tentativa de recuperar os setores "moderados" que foram empurrados para o polo dos revolucionários pela violência de que foram objetos. O esforço chega tarde. O Exército Revolucionário do Povo (EGP), principal organização da esquerda, conta atualmente com três mil combatentes organizados e outros 30 mil disponíveis. As quatro principais forças revolucionárias anunciaram sua unificação: o EGP, a Organização Revolucionária do Povo em Armas (ORPA), o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT) e as Forças Arma-

das Revolucionárias (FAR). O grande sucesso das forças revolucionárias no último ano foi ter ganho o apoio da população indígena, que constitui mais da metade dos habitantes.

O exército do governo conta com 14 mil homens, treinados e armados pelos EUA e acostumados a exercer os maiores níveis de violência contra a população civil.

A política do imperialismo e a colaboração dos governos da Guatemala e El Salvador para reprimir as forças revolucionárias, levou de fato a uma aproximação das forças revolucionárias desses países. Até agora, têm se visto sinais de que as guerrilhas planejam golpes táticos e estabelecem objetivos estratégicos que vão além das fronteiras. O desenvolvimento da luta, que tende inexoravelmente à regionalização da guerra, tem já uma base para que as forças revolucionárias façam do princípio do internacionalismo uma realidade.



## HONDURAS

### Trampolim da contra-revolução

O presidente civil Roberto Suazo Córdoba assumiu o poder em Honduras no dia 27 de janeiro passado. Depois de ter ganho as eleições no mês de novembro, Suazo, anticomunista raivoso, disse que não se pode permitir a "queda" de El Salvador porque isso significará a inevitável "queda" de Honduras.

Nas forças armadas, os "duros" ficaram com os potos de comando. O coronel Gustavo Alvarez Martinez, escolhido pelo embaixador norte-americano, é o novo comandante em chefe. Ele anunciou uma campanha "contra os comunistas, antes que destruam o corpo político da Nação".

Os EUA mantêm em território hondurenho cerca de cinco mil somozistas armados e treinados para invadir a Nicarágua. Seja matando e prendendo refugiados, como participando diretamente em ataques em território salvadorenho, as forças armadas de Honduras estão inteiramente engajadas no combate contra FMLN.

O governo "civil" não mudará essa linha de ação. Pelo contrário: Honduras é o lugar escolhido pelo grupo de governos aliados a Reagan para provocar um incidente diplomático capaz de servir de desculpa para um ataque à Nicarágua e para o desembarque de tropas ianques na região.



# POLÔNIA

Por Wagner Cardoso



Manifestação recente de protesto na estação de Gdansk

**Em um manifesto tornado público, Walesa reafirma a sua disposição de não negociar com a Junta e conclama o povo a resistir. Em uma entrevista coletiva dirigentes do Solidariedade informam que mais de 20 mil pessoas já participam da rede de resistência. A diretriz é a de criar comitês clandestinos nas fábricas que preparem a greve geral.**

Uma fonte bem informada nos últimos tempos é o correspondente do **Le Monde** em Varsóvia. Em matéria de 15 de janeiro ele afirma que às 17 horas do dia 13 de dezembro dois militantes do Solidariedade reuniram uma coletiva de imprensa, nos arredores de Poznan. Diziam-se porta vozes de um "Comando Clandestino do Solidariedade" e afirmavam que mais de vinte mil pessoas estavam participando de uma rede de resistência clandestina do sindicato". E o jornalista concluiu dizendo que os militantes afirmaram: "Visto que a junta prossegue sua intensa repressão, nosso objetivo é desenvolver amplas ações de sabotagem da produção e denunciar todos aqueles que colaboram com o governo militar".

Não causa espanto por causa disso, a reação já desencadeada nos últimos dias em várias cidades polonesas. Wrocław e Gdansk foram duas cidades que sacudiram a "tranquilidade" dos burocratas. Em Wrocław, grupos de jovens saíram pela cidade, gritando slogans contra a ditadura, distribuindo panfletos para depois dispersarem-se rapidamente. Em Gdansk a coisa foi mais séria. Uma multidão tomou as ruas, no dia 30 de janeiro. Um dia antes da decretação do aumento dos preços alimentícios (400% em média), a população da combativa cidade defrontou-se com a polícia, não sem antes haver incendiado vários estabelecimentos do POUP e do Estado. O saldo foi de mais de 300 prisões e de inúmeros feridos. E a burocracia já iniciou o processo destes trabalhadores cujas penas variam de um a seis anos.

## Organização clandestina nas usinas

Além disso, o discurso de Walesa em 1º de fevereiro, saído clandestinamente do país, mostra a existência real desse Comitê nacional de Resistência-Solidariedade (OKO). Nele, o dirigente máximo do Solidariedade conclama o povo a não "baixar os braços" e resistir face aos "traidores do governo". Com isso fica claro que apesar das tentativas da burocracia e da Igreja, os dirigentes sindicais não pre-

tendem iniciar qualquer tipo de diálogo, "até que a lei Marcial seja eliminada e todas as liberdades estabelecidas", como afirmou já inúmeras vezes o próprio Walesa.

A profusão de jornais clandestinos e de panfletos também dá mostras da debilidade deste tipo de governo militar. O jornal *Tygodnik Wojenny* (O semanário de guerra), o qual já mencionamos no **EM TEMPO** passado, continua a infiltrar-se nos subterrâneos de Varsóvia. No seu último número pode-se ler que "um Estado clandestino, governado centralmente, não poderá ser construído sem que a sociedade se organize em pequenos grupos, independentes e eficazes". Opondo-se a qualquer tipo de ação "exemplar", que faria da resistência ativa coisa de alguns especialistas, o jornal do Solidariedade afirma que a questão hoje "é a organização da greve geral". Zbigniew Janas, dirigente do sindicato na fábrica de tratores Ursus, escreve da clandestinidade: "prevendo uma explosão espontânea de descontentamento, temos que preparar-nos para a greve geral. Tais preparações devem ser clandestinas e para isso temos que criar comitês de greve clandestinos, encarregados de começar já os preparativos organizacionais".

Uma outra declaração obtida pelo **New York Times** em 16 de janeiro também mostra a combatividade e consciência, apesar de tudo, dos dirigentes clandestinos. Zbigniew Bujak, importante dirigente do Solidariedade de Varsóvia afirmava nesta matéria que "o Solidariedade se reorganiza e mantém intensificados contatos com todos os sindicalistas de Gdansk, Wrocław e Lodz principalmente. A palavra de ordem é lutar, lutar e lutar cada vez mais". Bujak reafirma a força do sindicato e as aspirações de derrota da junta e do POUP. As perspectivas segundo ele são boas apesar dos duros golpes, "nossas possibilidades são infinitamente maiores do que nos anos anteriores, porque desde agosto de 1980, nossa luta encaminhou-se de pleno acordo com todos os setores sociais. O partido, o exército e os burocratas em geral é que se isolaram cada vez mais".

O dia 25 de janeiro seria uma data especial para a burocracia pois o Parlamento iria legalizar o "Estado de Guerra". No entanto, a cerimônia só mostrou o alto nível de divergências e a crescente impotência do governo em procurar um caminho de saída para o seu isolamento.

Há quase dois meses do "Estado de Guerra", a Junta Militar polonesa ainda não conseguiu "normalizar" a situação no país. Os dirigentes burocratas prosseguem na sua campanha difamatória contra o Solidariedade. Agitando o espectro da fome, eles pretendem amedrontar um povo que já resistiu à tentativa de esmagamento infringida em 13 de dezembro passado e que aos poucos, se recupera, retomando novamente a presença na cena política.

O dia 25 de janeiro seria uma data muito especial para a burocracia polonesa pois o Parlamento iria "legalizar" a declaração de guerra desferida contra os trabalhadores. Num imponente e longo discurso, Jaruzelski tentava explicar aos parlamentares as razões do golpe e a necessidade de seu prolongamento.

Começando pela caracterização da catástrofe na qual o país submerge, Jaruzelski disse que "no terreno da economia, as medidas tomadas em 13 de dezembro deverão ser mantidas por mais algum tempo, até que o nível de produção normalize. A fim de justificar o "Estado de Guerra", o general-presidente tomou durante todo o tempo uma postura ofensiva. Ao longo de seu discurso, ele esteve preocupado em dizer que "a abolição das leis de exceção só será possível quando voltar a reinar a ordem e o trabalho". Procurou também atenuar algumas aberrações do golpe, afirmando que "alguns elementos da militarização da economia serão eliminados" isto quando se sabe que as minas da Silésia e o sistema de transporte a nível nacional, estão totalmente sob controle do exército. E garantiu também que a militarização da vida cotidiana poderia sofrer alterações: as viagens estão sendo menos controladas e os correspondentes estrangeiros já podem circular mais livremente e enviar matérias, embora a censura ainda persista. Afirmando que até meados de março "o sistema telefônico para o exterior será restabelecido, mantendo-se ainda controle do Estado".

## Divergências no Parlamento

Contrariamente à postura passiva de antes de agosto de 1980, o próprio Parlamento que não deixa de ser um fantoche, aprendeu ao longo dos dezessete meses do Solidariedade a não mais dizer sim todo o tempo. Houve algumas abstenções e negativas à aprovação do "Estado de Guerra" de Jaruzelski. A mais importante foi a do grupo católico PAX que, seguramente em acordo com a hierarquia católica, se recusou a "legalizar o estado de terror" implantado no país. Zablocki, chefe da União Católica social, em virulenta resposta ao POUP e aos militares dizia: "Não podemos falar triunfalmente do estado de guerra, pois não se trata de um triunfo, mas sim de uma fragorosa derrota da idéia anterior do acordo; se o estado de guerra é um mal menor, mesmo assim é um mal, e nenhum de nós sabemos o preço que teremos que pagar



O general Jaruzelski no Parlamento

por sua instauração (...) O movimento pela renovação não poderá ser apagado".

Logo depois, um parlamentar "sem-partido" Osmanczyk entrevistado na mesma linha: "todos sabemos que o Solidariedade não detinha o monopólio dos extremistas". Pedindo que não se censure mais os discursos dos parlamentares, ele atacou a junta: "ninguém tem o direito de excluir a maioria da população e principalmente os jovens, dos destinos da nação".

E para arrematar, a intervenção de um jornalista também independente Maluczynski, dava mostra dos ânimos: "Todo mundo tem que saber que as ações clandestinas são uma realidade. Fala-se muito nos setores jovens a linguagem da clandestinidade, de conspiração. Cuidado: 60% dos poloneses têm menos de 30 anos". E mostrando claramente o nível de divergências e impotência do governo, incapaz de encontrar saídas a não ser os ataques bárbaros que conhecemos, o mesmo Jaruzelski concluiu: "Será que mesmo sob este estado de guerra, o governo não tem capacidade de controlar seu próprio aparelho?"

Outro dado oficial saído deste Parlamento foram as cifras dos militantes do Solidariedade presos: 4549 sindicalistas encontram-se espalhados entre as prisões, campos de concentração e deportados. A direção clandestina do Solidariedade refuta essa afirmação, afirmando serem "mais de vinte mil" o número de encarcerados.